Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira 21.9.2022 / Diário / Ano 158.º / N.º 56 036 / €1,50 / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

PAULA FRANCO "DISPENSAR O PAGAMENTO POR CONTA JÁ ESTE MÊS TERIA EFEITO IMEDIATO NAS EMPRESAS"

BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS DEIXA ALERTAS "Falta tesouraria" e é preciso "cautela" dos empresários antes de se endividarem mais, via apoios públicos. Pede novas medidas: a economia não pode esperar até ao OE 2023 PÁG. 10

IMPOSTOS "Política fiscal não é solução mágica", avisa secretário de Estado. Presidente da CIP antecipa que IRC deve cair para 19% PÁG. 16

APOIO AOS PENSIONISTAS Governo garante 125 euros para reformados da banca mitigarem perdas PÁG. 17

GUTERRES CITA SHAKESPEARE E PEDE MAIS TAXAS SOBRE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

PÁG. 20

EPA / JUSTIN LANE

Refazer Oeiras A revolução de Isaltino para a mobilidade começa com 14 parques de estacionamento PÁG. 19

#MissãoAçores Montenegro e deputados em Ponta Delgada para reforçar centralidade da região PÁG. 6

Dia Mundial do Alzheimer "Portugal tem um problema grave de subdiagnóstico de Demência", diz Rosário Zincke PÁGS. 4-5

Igualdade na Defesa "Há trabalho a fazer e não há soluções rápidas" admite ministra PÁG. 7

Caso McCann Tribunal Europeu iliba Justiça portuguesa de queixa dos pais de Maddie PÁG. 11

EDITORIAL

Rosália Amorim
Diretora do Diário de Notícias

Menos carga fiscal e mais competitividade, precisa-se!

As *famílias primeiro*, as empresas em último'. Este não foi o *slogan* escolhido pelo governo, mas poderia ter sido, uma vez que ficaram para o fim os apoios do governo às empresas, com vista a enfrentar os efeitos da inflação. Colmatá-los totalmente será impossível e levaria ao desacerto completo das contas nacionais no fecho deste ano. Mas também é sabido que o Executivo pode ajustar melhor a sua política a uma economia de guerra.

Os cofres do Estado têm vindo a encaixar mais receita extra, graças, precisamente, aos efeitos da subida de preços e da própria inflação e, também por isso, toda a expectativa relativa ao reforço das ajudas e a algum alívio fiscal está agora depositada no Orçamento do Estado para 2023. A apresentação do mesmo será a 10 de outubro, conforme confirmou ontem o secretário de Estado, António Mendonça Mendes na *Conferência sobre Fiscalidade* organizada pelo *Dinheiro Vivo*, *Diário de Notícias*, *JN* e TSF (*ler mais na pág. 16*). Nesse mesmo evento, apesar de o governante ter dito que "a política fiscal não é a solução mágica" e "não são os impostos que vão resolver o problema do custo elevado da energia", os empresários insistem na tecla de redução da carga fiscal. Esperam que sejam dados sinais nesse sentido e uma descida de 21% para 19% já seria "uma agradável surpresa", admite o presidente da CIP, António Saraiva.

Se baixar os impostos sobre as empresas terá um efeito positivo na competitividade das organizações face às suas concorrentes globais; baixar a carga fiscal sobre o rendimento do trabalho seria igualmente importante para aliviar o garrote no poder de compra das famílias. A medida teria ainda efeitos benéficos na contratação e retenção de trabalhadores, no estancar da sangria de talento para o estrangeiro - movimento que não parou desde os anos da *troika* –, e poderia ser um incentivo à alteração da política de rendimentos, ou seja, provocar uma subida de salários, pelo menos, para os que mais precisam. Se há um pilar que deve prevalecer firme no desenho do OE 2023 é o da coesão social e territorial. Que os nossos governantes não se esqueçam disso na elaboração da equação.

NOTA DA DIREÇÃO Os artigos de opinião não vinculam a posição do *DN*, sendo da total responsabilidade dos seus autores. Recebidos os artigos de opinião dos cronistas, mesmo que a Direção discorde dos mesmos, haveria dois caminhos: não publicar e pôr em causa a liberdade ou publicar e informar os leitores de que as opiniões dos cronistas não vinculam o jornal. O *DN* escolheu respeitar a liberdade de opinião.

FOTO DE 1944

Uma família é fotografada a fazer um piquenique, com o tradicional garrafão de vinho ao lado, na Feira da Luz, em Carnide. Com mais de cinco séculos de história, a feira, junto à Igreja de Nossa Senhora da Luz, chamou "muita gente da cidade e arredores", escrevia o *Diário de Notícias*, em setembro de 1944.

OPINIÃO HOJE

21.9.2022

Diretora Rosália Amorim **Diretor adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Artur Cassiano (adjunto) **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Céu Neves e Fernanda Câncio **Editores** Ana Sofia Fonseca, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil,João Pedro Henriques e Nuno Sousa Fernandes **Redatores** Ana Meireles, Carlos Nogueira, César Avó, David Pereira,Isaura Almeida, Paula Sá, Susete Francisco, Susete Henriques, Susana Salvador e Valentina Marcelino **Fecho de edição** Elsa Rocha (editora) **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Maria Helena Mendes, Lília Gomes, Rafael Costa e João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Joana Petiz (diretora) **Evasões** Pedro Ivo Carvalho (diretor) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Mafalda Inácio, Carlos Nogueira, Paula Sá, Susete Francisco e Rui Frias **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de agosto de 2022: 6.619 exemplares.

Rosário Zincke “Há um problema grave de subdiagnóstico da Demência em Portugal”

DIA MUNDIAL DO ALZHEIMER Estimativas indicam 200 mil pessoas com Demência. A mais frequente é a do Alzheimer, mas o diagnóstico de qualquer uma envolve forte impacto emocional, social e económico e, na maioria das vezes, a doença não é diagnosticada ou só é tardiamente. Vice-presidente da Associação Alzheimer Portugal denuncia o que falta fazer nas Redes de Cuidados de Saúde e da Segurança Social.

ENTREVISTA **ANA MAFALDA INÁCIO**

De acordo com as estimativas, existem em Portugal cerca de 150 mil pessoas com Demência – entre estas está a Doença de Alzheimer. É um número próximo da realidade?
Na verdade, nunca foi feito um estudo epidemiológico com abrangência nacional sobre a doença. Daí que os números de que se fala sejam de extrapolações de outros países europeus e, em especial, do que nos diz a Alzheimer Europe, que é a instituição que congrega as diferentes associações nacionais de Alzheimer. E hoje somos unânimes em dizer que o número global de pessoas com Demência em Portugal já é bem mais elevado, apontando-se para 200 mil, mas a forma mais prevalente das Demências é a Doença de Alzheimer. E é um número global porque, muitas vezes, não é possível obter um diagnóstico tão afinado que permita dizer que uma pessoa tem esta ou aquela Demência. Há pessoas que têm dois tipos de Demência – são as chamadas Demências Mistas. Por isso, se apontarmos para os 200 mil doentes apontamos para um número próximo da realidade.

Não é um número subestimado?
É verdade que temos um problema de subdiagnóstico da doença, quer pela comunidade em geral, quer pelos profissionais de Saúde, nomeadamente ao nível dos cuidados primários, que ainda não estão suficientemente alerta para os sinais, desvalorizando-os, e deixando, muitas vezes, diagnósticos por fazer ou feitos tardiamente.

É um problema grave para Portugal no combate às Demências?
É, claro. Porque quanto mais cedo tivermos um diagnóstico, mais cedo se pode intervir. A Demência é uma doença que não tem cura, é evolutiva, progressiva e irreversível, mas já há muita coisa que se pode fazer para retardar a sua evolução e amenizar os seus efeitos em termos clínicos e intervenção farmacológica. Do ponto de vista não-farmacológico, quanto mais cedo se faz o diagnóstico, mais cedo é possível a pessoa, e enquanto tem capacidade para o fazer, planear o seu futuro de acordo com o que pretende nas diversas áreas da sua vida, nomeadamente na Saúde, nos cuidados e nos direitos. E este aspeto é fundamental – embora pareça o contrário, muitas vezes o diagnóstico alivia tanto o doente como o cuidador, que percebem que, afinal, há uma razão para as alterações cognitivas e comportamentais. Do ponto de vista legislativo, já demos um passo muito significativo com o Regime de Maior Acompanhado (Lei nº 49/2018 de 14 de agosto), que veio substituir as antigas interdições e inabilitações. Com este regime pode nomear-se alguém da nossa confiança para um mandato com vista ao acompanhamento nos cuidados de saúde e podemos escolher quem nos vai representar ou ajudar a tomar decisões, quando as nossas capacidades estiverem comprometidas. Estas ferramentas existem, foram uma conquista importante, mas ainda não são devidamente conhecidas por todos, e isso é fundamental.

Referiu que os profissionais de Saúde, nomeadamente nos cuidados primários, ainda não estão alerta para os sintomas. Porquê?
Não estão alerta, nem motivados. Por isso é que a associação Alzheimer Portugal tem vindo a defender que uma estratégia de Saúde para a área da Demência, quando devidamente implementada, pode fazer a diferença, motivando os profissionais de Saúde dos Cuidados Primários, quer sejam médicos ou enfermeiros, a estarem atentos aos primeiros sinais e encaminharem o doente para um neurologista ou psiquiatra para um diagnóstico. E para isto é preciso que seja definido um percurso de cuidados para a pessoa ser orientada, do início até ao fim.

A associação apresentou há dias o manifesto *Pela Memória Futura* no qual apela para que as Demências sejam uma prioridade na Saúde e Segurança Social (SS)? Tal evitaria menos consequências para doentes e cuidadores?
Exatamente. Os números da doença em Portugal são muito assustadores. Hoje falamos de 200 mil pessoas com Demência. Nas próximas décadas estima-se que este número aumente consideravelmente, porque, apesar de a população portuguesa tender a diminuir, com o aumento da esperança média de vida, iremos ter cada vez mais pessoas com idade avançada e sabemos que a idade é o principal fator de risco. Por isso, dentro de dez a 20 anos não serão 200 mil, mas 380 mil. É um número que nos deve assustar, alarmar e desafiar para que já hoje se comece a tentar resolver o problema. As dificuldades para lhe fazer frente serão cada vez maiores, desde logo pela falta de cuidadores informais, que são o grande garante para que estas pessoas não fiquem completamente privadas de cuidados.

E o que é preciso fazer para que o combate à doença se torne numa prioridade política na Saúde e SS?
Para já é preciso implementar o que já existe do ponto de vista legislativo, como os Planos Regionais de Saúde para a Demência (Despacho n.º 12761/2021) elaborados por cada Administração Regional de Saúde. A implementação destes planos já será algo muito significativo no caminho que queremos percorrer, porque não se pode olhar para as Demências apenas pela perspetiva da saúde, mas também social. Estes planos falam na articulação de cuidados abrangentes. E para isso é necessário consciencializar os profissionais de Saúde e a própria comunidade. Repare, a associação Alzheimer Portugal tem 34 anos e há muitas pessoas que não nos conhecem ou que desconhecem os serviços que prestamos. Falo de nós, mas há também outras organizações com um papel ativo nesta área. A questão é que a Demência ainda é um estigma e há um

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

grande caminho a percorrer a este nível e no combate ao desconhecimento.

Mas, concretamente, o que é preciso no âmbito do SNS e da SS para que os doentes tenham melhores cuidados?

A prestação de cuidados com qualidade a estas pessoas é bastante exigente. Não é algo que se consiga com um medicamento ou dois – aliás, os medicamentos que existem no mercado conseguem minimizar os efeitos da doença e, eventualmente, retardar a sua evolução, mas não resolvem o problema. Por isso, é que defendemos que estas pessoas precisam de cuidados com uma abordagem integrada e multidisciplinar. Isto significa que são precisos terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais e auxiliares com formação específica, a saber o que é uma pessoa com Demência, quais as suas características e comportamento. Ou seja, precisamos de muitos recursos humanos devidamente capacitados, mas é extremamente importante que se aposte nesta intervenção não-farmacológica, na estimulação global do doente, não só a nível cognitivo, sensorial, mas também a nível do envolvimento social.

Se ainda não existem estes cuidados na rede pública de cuidados, SNS e SS, o que acontece aos doentes que não podem ser acompanhados no privado?

Ficam sem cuidados. Recorre ao privado quem tem condições económicas para o fazer. E é precisamente para esta realidade, de muitos doentes que ficam sem cuidados e à sua sorte, que queremos alertar e mudar. Independentemente da condição económica, qualquer pessoa com Demência deve ter acesso a cuidados de qualidade. Falou numa rede de cuidados, a verdade é que essa rede não existe. Se existisse significava que qualquer pessoa seria devidamente diagnosticada e encaminhada para todas as respostas que deveriam existir na comunidade. Mas posso dizer que falta a definição de um percurso de cuidados, tanto na Saúde como na SS, porque uma pessoa com Demência vai perdendo a noção do tempo e do espaço e deixa de ter condições para viver sozinha, precisando de acompanhamento permanente. Esta é uma exigência muito específica, que se pode prolongar por muitos anos. Uma pessoa com Demência pode viver, desde o diagnóstico até ao fim, 20 anos, sendo que muitos destes são vividos numa situação de dependência total, que carece de vigilância e de cuidados permanentes. Percebemos que este tipo de cuidado seja exigente para o SNS e para a SS, mas algo tem de ser feito, porque ainda estamos muito aquém de podermos dar respostas integradas aos doentes.

Na questão da Demência o apoio da SS é fundamental?

Exatamente. Que apoios sociais é que estas pessoas têm? Imagine que a pessoa precisa de ir para um lar, além da questão económica será que existem lares devidamente capacitados para a receber? Há uns que estão, outros não. E isto é fundamental, porque estamos a falar de pessoas que perdem a capacidade de tomar as suas decisões e que estão muito vulneráveis por esse facto.

Se nada for feito , que cenário podemos ter daqui a dez ou 20 anos?

Um cenário bastante dramático, até porque as pessoas com Demência ou com risco de desenvolverem Demência ainda não estão suficientemente sensibilizadas e motivadas para reivindicar os seus próprios direitos e a sua própria qualidade de vida – o que as torna ainda mais dependentes do que os outros façam por elas. E se nada for feito, as lacunas nos cuidados a estes doentes vão ser ainda maiores, teremos cada vez mais pessoas completamente privadas de cuidados e sem qualidade de vida. Neste momento, já temos um problema grave que é o do isolamento, principalmente nas grandes cidades, onde há muitas pessoas a viver sozinhas, que nem sequer conseguem sair de casa por uma questão básica, o prédio não tem elevador. O isolamento é um dos fatores a combater para dar melhor resposta às pessoas com Demência.

E como se combate o isolamento? Mais sensibilização para a doença, mais apoio domiciliário?

É muito importante apostar-se no apoio domiciliário. Todas as recomendações internacionais vão nesse sentido e as autarquias podem e devem ter um papel muito ativo neste combate. Mas quando falo de autarquias, falo também de outras autoridades e de muitas organizações do terceiro setor que também podem ajudar. A Alzheimer Portugal tem vindo a sensibilizar os municípios para a importância de se trabalhar nesta área e acredito que se consiga fazer alguma coisa.

Que conselho daria a um doente ou a um cuidador quando começa a notar sinais de que algo não está bem?

Que não desvalorize esses sinais e que procure o médico de família. E, se necessário for, seja muito insistente nos sinais que tem para solidificar o encaminhamento para um especialista de Neurologia ou de Psiquiatria, para que seja possível encontrar um diagnóstico o mais cedo possível.

anamafaldainacio@dn.pt

DOENÇA

Dos números aos cuidados

Europa. Estima-se que o número de pessoas que vivem com Demência na União Europeia (UE27) é de 7 853 705, e nos países europeus representados por membros na Alzheimer Europe é de 9 780 678.

Doentes. As mulheres continuam a ser as mais afetadas pelas Demências e de forma desproporcionada. Do total de doentes da UE-27, 6 650 228 são mulheres e 3 130 449 homens. Mas, de acordo com as estimativas, pensa-se que o número de pessoas com Demência na Europa quase que dobrará até 2050, aumentando para 14 298 671 na União Europeia e 18 846 286 na região mais ampla da Europa.

OMS. De acordo a Organização Mundial de Saúde, em 2021 havia 55 milhões de pessoas em todo o mundo a sofrer de Demência. Em 2050, este número poderá atingir os 139 milhões. A organização alerta para o facto de que esta já é a sétima causa de morte de entre todas as doenças. E, no ano passado, neste mesmo dia, pediu aos países que a tornem uma prioridade social e na Saúde.

Portugal. A 19 de junho de 2018, o governo publicou o despacho n.º 5988 com a Estratégia da Saúde na Área das Demências. O documento prevê Planos Regionais da Saúde para as Demências, que estão prontos e aprovados, mas nada está a implementado.

Opinião
António Freire

Dia Mundial da Doença de Alzheimer

Neste dia 21 de setembro celebra-se o Dia Mundial da Doença de Alzheimer, iniciativa que a Alzheimer Disease International lançou, em 1994, com o objetivo de chamar a atenção para a dimensão individual, social e económica desta doença. Ao mesmo tempo pretende sublinhar a necessidade de adoção de políticas de Saúde que possibilitem, a todos os doentes, o acesso a programas de assistência e intervenção eficazes.

A Demência, maioritariamente Doença de Alzheimer (DA), afeta mais de 57 milhões de pessoas em todo mundo. A clínica desta afeção caracteriza-se por um particular compromisso da memória e de outras funções cerebrais, com limitação progressiva das suas capacidades e uma cada vez maior dependência. Foi descrita em 1906 por Alois Alzheimer e, nos anos que se seguiram, temos assistido a avanços significativos no conhecimento dos seus mecanismos moleculares, o que tem permitido desenvolver estratégias terapêuticas mais adequadas e eficazes. Infelizmente, e apesar desses progressos, não foi encontrada ainda uma cura para a doença e os fármacos ao nosso dispor apenas aliviam alguns dos sintomas.

A incidência e a prevalência da Demência aumentam quase exponencialmente com a idade, duplicando a cada cinco anos, após a sexta década de vida. Estima-se que, com o envelhecimento da população, o número de pessoas com Demência quase triplicará, atingindo 152,8 milhões em 2050, tendência que poderá ser revertida, em parte, pelo combate aos fatores de risco modificáveis da doença. Doze desses fatores já foram identificados e o seu conhecimento é crucial para a planificação das políticas de Saúde. Do mesmo modo, os custos diretos e indiretos da doença, que representam uma fatura importante nos orçamentos da Súde, têm vindo a subir de modo significativo, como é reconhecido por estimativas da Organização Mundial de Saúde, que apontam para a duplicação dos gastos globais com a doença até ao ano 2030.

São números impressionantes ,que o nosso país acompanha, como podemos constatar num estudo recente realizado a nível nacional e que refere mais de 7500 óbitos por DA em 2018. Esse mesmo estudo informa que o custo global estimado para a doença nesse ano foi de cerca de 2 mil milhões de euros, sendo mais de 50% atribuível ao cuidador informal. E o total estimado de custos médicos diretos atribuíveis à DA foi de cerca de 220 milhões de euros, dos quais 75% em tratamento ambulatório e 25% em internamento e medicamentos. Os custos diretos não-médicos (cuidador informal, apoios sociais, dispositivos, transportes, etc.) atingem cerca de 1,8 milhões de euros.

Atenta a esta realidade, a Alzheimer Portugal, associação fundada em 1988 e associada do Conselho Português para o Cérebro, tem desenvolvido um trabalho notável no apoio aos doentes e aos seus familiares, promovendo a sua qualidade de vida. Ao mesmo tempo, a associação procura informar, esclarecer e consciencializar a população sobre os diferentes aspetos da doença e combater o estigma que ainda lhe está associado. Também as sociedades científicas ligadas à investigação e tratamento da DA têm procurado sensibilizar o poder político para um maior e tão necessário investimento nesta área e contribuído, de forma assinalável, para o melhor conhecimento das suas causas e para os avanços das terapêuticas.

Move-as o sentimento comum de fazer sentir aos cerca de 150 000 portugueses que sofrem de DA e às suas famílias que não estão sozinhos na sua luta e que, para além desse gesto solidário, há todo um trabalho estruturado de combate à doença que tem vindo a ser desenvolvido, de modo a atenuar o seu sofrimento e melhorar o seu dia a dia.

Presidente do Conselho Português para o Cérebro (CPC)
www.cpcerebro.pt

Luís Montenegro e José Manuel Bolieiro no último Congresso Regional do PSD.

EDUARDO COSTA / LUSA

“Este encontro e a Missão Açores, que é protagonizada pelos seis eurodeputados do PSD, visam contribuir para o desenvolvimento do território. O nosso objetivo é o da competitividade e da coesão territorial, que tem sido muito esquecida em Portugal.”

“A própria guerra na Ucrânia deu aos Açores uma nova centralidade geoestratégica.”
José Manuel Fernandes
Eurodeputado do PSD

PSD junta-se nos Açores para reforçar a centralidade da região

INTERPARLAMENTAR Luís Montenegro vai encerrar amanhã um encontro onde se discutirão as especificidades do arquipélago e que junta governo regional e deputados do partido.

TEXTO **PAULA SÁ**

“A nossa presença física é sinal da importância que os Açores têm para Portugal e para a Europa”, afirma ao *DN* José Manuel Fernandes. O eurodeputado e chefe da delegação do PSD no Parlamento Europeu sintetiza assim o primeiro Encontro Interparlamentar do PSD nos Açores, que começa hoje em Ponta Delgada e que surge no âmbito da *#MissãoAçores* no Parlamento Europeu.

A iniciativa, que irá contar com a presença do líder do partido, que encerrará amanhã o encontro, pretende juntar para o debate e partilha de ideias os eurodeputados sociais-democratas com os membros do Governo Regional dos Açores do PSD, os deputados dos Açores à Assembleia da República e os deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

José Manuel Fernandes admite que o facto de o PSD ser poder na Região Autónoma (em coligação com o CDS e PPM) “facilita” a concretização desta iniciativa e é uma forma de “reconhecimento do trabalho positivo do governo regional”.

O encontro pretende também “tirar ideias para o máximo aproveitamento dos fundos europeus e programas para os Açores e para que a legislação produzida em Bruxelas tenha em conta as especificidades desta região ultraperiférica. Nomeadamente, diz o eurodeputado, o pacote que está a ser preparado sobre alterações climáticas, tendo em conta os transportes e as especificidade da descontinuidade territorial das ilhas.

“A própria guerra na Ucrânia deu aos Açores uma nova centralidade geoestratégica”, frisa José Manuel Fernandes. Um tema que irá ser desenvolvido num almoço-conferência, amanhã, pelo eurodeputado, vice-presidente do partido e do PPE, Paulo Rangel.

Este primeiro encontro juntará em Ponta Delgada algumas das principais figuras do PSD nos almoços e jantares-conferência. Como é o caso do novo líder parlamentar social-democrata, Joaquim Miranda Sarmento, bem como os membros do Governo Regional dos Açores Sofia Ribeiro, Pedro Faria e Castro, Berta Cabral, António Ventura e Clélio Meneses, os deputados ao Parlamento Europeu Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar, os deputados à Assembleia da República Ricardo Baptista Leite e Francisco Pimentel, os deputados à Assembleia Regional dos Açores Délia Melo, João Bruto da Costa e António Vasco Viveiros, e ainda Jaime Filipe Ramos, da Assembleia Regional da Madeira, além de outras figuras da sociedade civil, como os professores universitários Pedro Freitas e Paulo Madruga, para debater temas que vão da saúde à ciência, passando pela mobilidade e transportes.

“Este encontro e a *Missão Açores*, que é protagonizada pelos seis eurodeputados do PSD, visam contribuir para o desenvolvimento do território. O nosso objetivo é o da competitividade e da coesão territorial, que tem sido muito esquecida em Portugal”, frisa ao *DN* o eurodeputado José Manuel Fernandes.

O presidente do governo regional dos Açores vai estar presente na abertura e encerramento do encontro, em que que Luís Montenegro fará uma intervenção de fundo.

Em julho, Montenegro esteve no congresso do PSD/Açores, onde José Manuel Bolieiro foi reconfirmado líder regional do partido e considerou “muito relevante” existirem eurodeputados dos dois arquipélagos. “Quero deixar uma palavra de tranquilidade aos dirigentes e militantes do PSD/Açores porque entendo, efetivamente, que para a nossa representação do Parlamento Europeu é muito relevante ter representantes das regiões autónomas”, afirmou na altura.

Bolieiro frisou na mesma altura que a direção nacional do PSD “tem a obrigação” de garantir que uma futura candidatura dos sociais-democratas açorianos ao Parlamento Europeu “será colocada em lugar inequivocamente elegível”.

Os Açores recebem, agora, o encontro interparlamentar, o que demonstra que o partido tem todo o interesse em manter as regiões autónomas como âncoras de poder – que não tem no continente.

E precisa tanto mais de acarinhar o partido nos Açores porquanto o PSD conseguiu formar um governo de coligação saído das eleições Regionais de 2020 sem as ter ganho. Foi o PS que ficou em primeiro, mas sem conseguir maioria no Parlamento Regional. Após 24 anos de socialistas no poder, formou-se então um Executivo Regional de coligação PSD/CDS-PP/PPM, que estabeleceu um acordo de incidência parlamentar com IL, Chega e um deputado independente.

Em entrevista ao *DN*, em julho deste ano, José Manuel Bolieiro assegurou que estes acordos “cirúrgicos”, incluindo com o Chega, não põem em causa os princípios e valores do PSD.

O dirigente regional sublinhou também que o conflito no leste da Europa veio reforçar o posicionamento estratégico dos Açores. “Aqueles que imaginavam que, fruto da tecnologia e de uma mudança mundial para o Pacífico – protagonizada pela liderança dos Estados Unidos –, os Açores, e a Base das Lajes em particular, perderiam interesse, enganaram-se. Porque, tal como a democracia, também a paz não é um bem adquirido”, afirmou.

paulasa@dn.pt

Novo plano para Igualdade na Defesa. "Há trabalho a fazer", admite ministra

MUDANÇAS Entre as medidas do novo Plano Setorial , Helena Carreiras destaca a inclusão do conceito de diversidade. Já sobre o processo de averiguações aos Comandos, espera conclusões em breve.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

O novo Plano Setorial da Defesa para a Igualdade 2022-2025 já foi apresentado e traz novidades em relação ao anterior, apresentado em 2019, uma das quais a inclusão do Gabinete da Igualdade na orgânica do ministério. Isto faz com que, na prática, este gabinete passe a estar na dependência direta do governante com a tutela da Defesa, mas a ministra deixa desde já o alerta: as soluções podem não ser rápidas.

"Importa lembrar que não existem soluções rápidas para garantirmos a igualdade e são necessários esforços abrangentes e de longo prazo que envolvam todas as partes interessadas", disse Helena Carreiras na apresentação do plano, na Cordoaria Nacional, em Lisboa.

Em relação a 2019 – ano em que foi apresentado o primeiro documento deste género para a Defesa –, os quatro eixos de ação mantêm-se (Igualdade, Conciliação, Formação e Mulheres, Paz e Segurança). O novo plano elenca um total de 47 medidas, ficando ainda expressa a intenção de definir uma nova lei orgânica para o ministério até ao fim de 2023. Mas a ministra destaca duas medidas: a introdução, pela primeira vez, do conceito de diversidade, que se traduz na elaboração de um manual de boas práticas sobre promoção da diversidade, quer no recrutamento, quer na retenção das Forças Armadas, salientando depois: "Por outro lado, sentimos necessidade de harmonizar os conteúdos que são ministrados em todos os cursos de promoção das Forças Armadas, incluindo no aprontamento das Forças Nacionais Destacadas e dos adidos de Defesa, de forma a assegurar coerência e eficácia das mensagens".

Ainda que o número de mulheres nas Forças Armadas, entre 2015 e 2021 tenha subido de 11% para 13%, existindo também quatro mulheres generais no ativo (duas na Força Aérea, uma na Marinha e uma na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional), Helena Carreiras reconheceu que ainda "há trabalho a fazer", apesar de já se ter "atingido a igualdade formal, que é um orgulho para muitos nas Forças Armadas", reconhecendo a importância de melhores remunerações no setor, algo que diz estar "a ser feito."

> "Importa lembrar que não existem soluções rápidas para garantirmos a igualdade e são necessários esforços abrangentes."

Caso dos Comandos

A ministra da Defesa abordou ainda o processo de averiguações ao caso dos instruendos do 138.º Curso de Comandos que foram internados – um dos quais precisou de um transplante hepático. Segundo a governante, é esperado que as conclusões deste processo sejam conhecidas "na próxima semana" ou, o mais tardar, dentro de duas semanas.

Helena Carreiras afirmou ter "esperança" de que, nesse prazo, "possa ter já alguns resultados desse inquérito urgente que o Exército determinou, bem como da inspeção técnica ao próprio curso que nos permitirá aferir das circunstâncias em que aconteceu este caso."

Relembrando que há investigações a decorrer que têm de "ser precisas e rigorosas", confessou que a sua preocupação "é acompanhar o estado de saúde do soldado", que já visitou, esperando que "recupere rapidamente para podermos olhar para a situação" e, olhando para a situação, "e, em função daquilo que for averiguado, de forma precisa e rigorosa, sem precipitações, mas rapidamente, poder agir, se for esse o caso", defendeu. **Com LUSA**

MANUEL DE ALMEIDA / LUSA

A ministra Helena Carreiras reconheceu a necessidade de melhores remunerações na Defesa.

Opinião
Ribeiro e Castro

Tabu n.º 3 – Olivença na História

Em 19 de Julho, na Assembleia da República, foi apresentado um livro raro: *Olivença na História*. Sem receio de errar, um livro único. Não conheço outro – muito menos, nas últimas décadas – que trate tão aprofundadamente o tema de Olivença. É uma compilação de ensaios e estudos nas perspectivas histórica, cultural, jurídica, cívica e política, escritos por diversos autores qualificados: Grupo dos Amigos de Olivença (GAO), António Ventura, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Susana Antas Videira, Isabel Graes, Miriam Afonso Brigas, Pedro Caridade de Freitas, Gonçalo Couceiro Feio, Carlos Consiglieri, Margarida Seixas, Mário Rui Simões Rodrigues, Filipe de Arede Nunes, Carlos da Cruz Luna – (que publicaria, em Agosto, um texto de opinião sobre o livro no *Diário de Notícias*) – e Pedro Velez. A apresentação decorreu na sala principal da Biblioteca, sob a égide da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, que coordenou a edição. O acto, seguido de convívio entre intervenientes e público, consistiu em breves intervenções do representante do GAO, do Prof. Eduardo Vera-Cruz Pinto, de mim próprio (intervindo à distância, por estar longe de Lisboa) e do presidente da Comissão, Sérgio Sousa Pinto, que o abriu e encerrou. Destaco a intervenção de Eduardo Vera-Cruz Pinto, autor de uma das mais valiosas peças do volume, onde apresenta e analisa extensamente a posição de Portugal, num texto especialmente consistente, pelos créditos científicos do autor, pelo rigor da exposição e pelo cuidadoso elenco das fontes.

Um livro com este tema, estas características e estes autores, apresentado no Parlamento, fervilhando de jornalistas, em sessão presidida pelo deputado Sérgio Sousa Pinto, seria – diria qualquer um – objecto de ampla cobertura pela comunicação social. Errado! Se exceptuarmos a antecipação pelo *Público*, com uma pequena entrevista, dois dias antes, não houve uma só notícia da sessão e do livro. Está a ler bem: zero! Nem um segundo de televisão, nem de rádio, nem reportagem num só jornal, nem menção em qualquer página de informação digital. Absolutamente nada. Podemos até pensar que a antecipação pelo *Público* em vez de gerar procura, assustou os "poderes", que se movimentaram em conformidade. Sou capaz de imaginar agitação nos gabinetes, nos departamentos, nos corredores, entre "Oh! oh! oh!" de escândalo e "Ah! ah! ah!" de irritação, para conseguir que nada fosse publicado. Assim foi. É como se um director-geral de informação, sussurrando a inconveniência, desse uma ordem seca e terminante – "Ninguém lá vai! Nem uma só linha!" – e esta fosse obedientemente seguida. Pensar-se-ia que já não há poderes assim em Portugal. O livro de Olivença mostrou que ainda há, com poder e eficiência difíceis de imaginar.

Este tabu férreo sobre Olivença é um grande problema, talvez o maior. É a cobardia da coragem: quando temos a coragem de pensar bem, assalta-nos o pavor de dizer, explicar, gerir. Assim, para não ficarmos nem mal com a História e o Direito, nem mal com os vizinhos e a conveniência, a solução é calar. E a ordem é: Schiiiiu!… Um tabu difuso, disfarçado, negado, mas real.

Ocupo-me deste tema desde 2010, quando presidia à Comissão de Negócios Estrangeiros e conheci os oliventinos da, então, associação Além-Guadiana. A minha reflexão conduziu-me à conclusão de que só há um caminho acessível, inteligente e equilibrado: Portugal declarar que Olivença é, para nós, território português sob administração espanhola, não implicando isto, como é próprio da fórmula, qualquer reconhecimento *de iure*, mas constatação de facto. A partir daí, poderemos tratar calmamente com autoridades espanholas de assuntos respeitantes a Olivença, sem receios de alegarem que estamos a reconhecer a sua soberania. E podemos sair de trás da nossa mordaça, sem aquele medo paralítico de que se zanguem e nos "punam".

Olivença mudou de posse por acção militar, como acontece por vezes com territórios. Só por isso. Creio não passar pela cabeça de ninguém fazer o contrário. É um tema sério que respeita às pessoas e às terras. Não é bola para fanfarrões, nem para zaragata. É para caminhar. Mas não deve igualmente passar pela cabeça de ninguém negar os factos e a verdade. Não é demais que quem ocupou saiba que nós sabemos o que se passou e como.

Não podemos, nem devemos fazer de conta que Olivença não existe. A História é a História. Olivença não é um incómodo, Olivença é um orgulho. A marca portuguesa está aí presente e faz parte da sua singularidade. Temos de trabalhar cada vez melhor essa singularidade com os próprios oliventinos. É isto que importa. Fazer.

Advogado e ex-líder do CDS. Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Jorge Costa Oliveira

A recessão que o BCE está a catalisar

Em 8 de setembro, depois de ter resistido alguns meses, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu aumentar de novo a taxa de juro de referência em 75 pontos, tendo o total dos dois aumentos este ano atingido 125 pontos. Estes aumentos visam "controlar a inflação na Zona Euro." De acordo com o Eurostat, a inflação anual na Zona Euro foi de 9,1 % em agosto de 2022, acima dos 8,9 % de julho de 2022. Ou seja, manteve-se a tendência de subida ou uma taxa alta, contrariamente a expectativas anteriores de responsáveis do BCE. Em declarações da presidente do BCE feitas na mesma data, C. Lagarde assume que, "se compararmos a situação dos EUA e da Europa, a inflação nos EUA é em grande parte impulsionada pela procura. Na Zona Euro, é em grande parte impulsionada pela oferta, não-exclusivamente, há também uma parte da procura nas causas de inflação, mas é predominantemente a oferta". Ora, precisamente por isso, o aumento da taxa de juro de referência do BCE pode bem não produzir o efeito pretendido de redução rápida de uma inflação cuja principal componente (*c.* 40%) é a subida dos preços de energia, seguindo-se (em percentagem muito inferior) a dos produtos alimentares, e (com ainda menos relevo) a dos bens industriais não-energéticos e dos serviços.

Se a presente inflação não é causada por aumento da procura (nem existe uma espiral inflacionista resultante de aumentos salariais), mas antes pela rigidez da procura em relação a bens essenciais, cujo custo aumentou devido a fatores exógenos, faz sentido aumentar significativamente as taxas de juro para debelá-la?

O BCE assumia esperar já um abrandamento substancial da economia da Zona Euro durante o resto deste ano. Desde logo porque a inflação elevada está a provocar uma erosão nos gastos dos consumidores e na produção em toda a economia. Por outro lado, estimava que a forte recuperação da procura de serviços que veio com a reabertura pós-pandemia perca força nos próximos meses. Acresce o enfraquecimento da procura global, no contexto de uma política monetária apertada em várias grandes economias, e o agravamento das condições das trocas comerciais internacionais. E a incerteza continua alta e a confiança das empresas está a cair.

Em suma, apesar de alguma hesitação inicial, o BCE – quiçá para não ser acusado de demasiada prudência ou hesitação – acaba por seguir um receituário clássico de utilização do instrumento disponível aos bancos centrais, bem sabendo que o aumento da taxa de juro de referência do BCE deixa a Europa à beira de uma recessão iminente. De acordo com as mais recentes previsões corrigidas da Fitch Ratings, "a Zona Euro e o Reino Unido deverão entrar em recessão ainda este ano e os EUA deverão sofrer uma ligeira recessão em meados de 2023." O Bundesbank faz previsão similar para a economia alemã.

Talvez conviesse ponderar para a Zona Euro, a recomendação que J. Stiglitz faz à Reserva Federal dos EUA (*Fed*): "No meio de tanta incerteza, deveria, em vez [de o *Fed* "criar um desemprego muito maior"], suspender as subidas das taxas de juro até que seja possível uma avaliação mais fiável das condições macroeconómicas".

"A inflação elevada está a provocar uma erosão nos gastos dos consumidores e na produção em toda a economia."

Consultor financeiro e *business developer*
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira

Opinião
Pedro Tadeu

O Oriente vai dominar o mundo?

No princípio deste mês reuniu na cidade russa de Vladivostok o *Fórum Económico Oriental*, um evento anual que, no contexto da guerra na Ucrânia, tinha um particular significado – era mais um momento para aferir se a Rússia estava, ou não, isolada. O tema geral do *Fórum* foi este: "*Rumo a um Mundo Multipolar*". Nele participaram governos e empresários vindos de 68 países, afirmou a organização.

Nesse *Fórum*, Vladimir Putin aproveitou para dizer o que se segue: "O obsoleto modelo unipolar está a ser substituído por uma nova ordem mundial baseada nos princípios da Justiça e da Igualdade, bem como no reconhecimento do direito de todos os Estados e povos de seguirem o seu próprio caminho soberano de desenvolvimento. Poderosos centros políticos e económicos estão a ser formados aqui na Região do Pacífico-Asiático, atuando como força propulsora de um processo irreversível".

A clareza da mensagem, se dela retirarmos a fração propagandística e nos focarmos na substância, é óbvia: a Rússia está a tentar construir na parte oriental do mundo uma alternativa à globalização ocidental liderada pelos Estados Unidos.

A viabilidade dessa ideia teve uma ilustração reveladora a semana passada, em Sarcamanda, no Uzbequistão. Foi aí que aconteceu outra reunião anual, a da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), fundada em 1996 e que chegou agora ao estágio de estar a discutir formas de criar Zonas de Comércio Livre entre os membros: China, Rússia, Índia, Paquistão (o que, só por si, representa 39% da população do planeta), Cazaquistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Quirguistão e Irão. Outros 11 países entregaram processos de candidatura à organização. Um deles foi o Afeganistão.

Os países-membros desta organização querem criar um "núcleo de estrutura eurasiana" capaz de coordenar políticas económicas de um quarto do PIB mundial e de 50 por cento da população do planeta... Isto é demasiado grande para ser sobranceiramente ignorado pelo Ocidente.

Há países-membros da OCX que defendem a substituição do dólar por outra moeda cambial (uma bomba atómica financeira), a formação de um cartel para controlo do gás natural, a criação de uma aliança militar anti-NATO e, até, o aumento de armamento nuclear entre os membros (Rússia, China, Índia e Paquistão já são potencias nucleares).

Nessa reunião no Uzbequistão, Vladimir Putin e Xi Ji Ping estiveram juntos, reafirmaram solidariedades recíprocas e algumas distâncias na questão da Ucrânia mas, mais importante do que isso, aprofundaram os detalhes do acordo de cooperação estratégica que tinham firmado mesmo antes de a guerra começar. Anunciaram também a construção de um gasoduto, o *Força da Sibéria 2*, em mais um rombo na tentativa de impedir a Rússia de exportar gás natural.

Um dos motores do aumento da influência chinesa nesta parte do planeta é, como se sabe, o projeto *Belt and Road*, a chamada *Nova Rota da Seda*, que leva a China a construir infraestruturas na Ásia Central de transportes, ferrovias, rodovias, pontes, portos, aerogares, ligações de internet, outras comunicações, passagem de energia, água, construção de fábricas e um sem número de investimentos que vão tornar o comércio nessas regiões mais barato, mais rápido e mais diversificado.

A guerra da Ucrânia está, portanto, a acelerar uma grande modificação do mundo, cujos efeitos são difíceis de prever: há muitos constrangimentos e contradições nas relações entre estes países todos e, internamente, muitos deles não têm solidez e estabilidade política suficiente para garantirem posições duradouras e consistentes no quadro geopolítico. Por outro lado, alguns têm relações profundas com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha (a Índia, a chamada "maior democracia do mundo" é o exemplo mais destacado) e não arriscam deitar isso "borda fora". E o evoluir da guerra na Ucrânia e das relações EUA/China podem alterar todo este jogo.

Seja como for, este é o maior desafio que o Norte Ocidental (mais Austrália, Nova Zelândia e, como apêndice económico, Japão e Coreia do Sul) está a enfrentar desde que começou o caminho para dominar, militar e economicamente, todo o planeta, há uns 500 anos.

Mas aqui, no Portugal europeu, ignoramos estas notícias, respeitamos as restrições manipuladas da informação de guerra, não nos preocupamos nem discutimos temas tão longínquos. Preferimos, aliás, escabujar obcecadamente, durante duas semanas, sobre a morte da rainha Isabel II de Inglaterra – aparentemente o acontecimento mais importante do planeta...

...A alienação coletiva é um sinal de decadência?

Jornalista

Opinião
M. Graça Carvalho

As empresas e a indústria precisam de soluções, não de paliativos

O governo anunciou o seu pacote de medidas de apoio às empresas e, tal como sucedeu na iniciativa dedicada às famílias, ficou aquém do esperado e necessário. E quando a resposta é inferior à dimensão do problema, não há volta a dar: as coisas continuarão a ficar piores, a um ritmo mais lento nalguns casos, e nem isso noutros.

Nas medidas apontadas para certos casos particularmente sensíveis, como as indústrias com consumo intensivo de gás, nomeadamente as vitrocerâmicas, o governo fica tão distante da dimensão dos problemas, que parece nem ter ouvido os representantes do setor. Se o tivesse feito, saberia que as ajudas anunciadas, mesmo nos seus patamares máximos, não chegam, em muitos casos, para compensar o aumento das restantes matérias-primas, muito menos do gás. Nem conferem qualquer proteção contra as subidas que se anunciam.

E no que respeita a outros setores da economia, das pequenas e médias empresas a diferentes indústrias, mantém-se a lógica de mitigar as situações em vez de as procurar ultrapassar.

O problema dos preços da energia fica, em larga medida, por resolver. A majoração em 20% da dedução das despesas com gás e eletricidade em sede de IRC, sendo seguramente bem-vinda, não é uma ajuda imediata. Na prática traduz-se numa espécie de pagamento por conta que as empresas continuarão a fazer e virão um dia (as que sobreviverem a mais esta crise) a recuperar. E os problemas de tesouraria também não serão ultrapassados quando, do bolo de apoios estimado em 1400 milhões, 600 milhões se referem ao acesso a empréstimos que as empresas, muitas delas já altamente endividadas na sequência da pandemia de covid-19, não querem, ou não podem, contrair. Mesmo com garantias mútuas e taxas reduzidas.

Argumenta o Executivo de António Costa que está a apresentar soluções equilibradas, com a cautela necessária face à grande incerteza que rodeia a economia mundial. Mas continua sem apresentar uma justificação razoável para o facto de continuar a acumular receitas extraordinárias enquanto – no presente e não num horizonte temporal incerto – a economia nacional definha.

O governo poderia, e deveria, fazer mais na vertente dos impostos, baixando a carga fiscal que contribui para o asfixiar da economia. Na energia e não só. Aliás, como tenho defendido em inúmeras ocasiões, deveria fazê-lo de forma definitiva e como parte de um conjunto de medidas destinadas a criar em Portugal um ecossistema favorável à inovação e ao crescimento. Medidas entre as quais teriam também de constar a redução da burocracia e a melhoria dos serviços públicos, em especial da Justiça.

Mas o governo poderia e deveria também fazer mais através dos fundos comunitários a que tem acesso, entre o quadro comunitário de apoio e o Plano de Recuperação e Resiliência. As empresas e a indústria nacionais foram passadas para segundo plano nas estratégias definidas pelo Executivo para aquela que é a maior leva de fundos europeus de sempre. E têm sido deixadas para segundo plano na execução desses mesmos fundos. Ainda há tempo para emendar os erros.

Tempos extraordinários exigem medidas extraordinárias e, no caso de Portugal, os desafios do presente são mais um incentivo para que se corrijam práticas que há muito vêm conduzindo o país à estagnação.

É preciso decidirmos como queremos sair desta crise. Mais fortes e resilientes, com as nossas empresas e indústria melhor preparadas para concretizarem as transições verde e digital. Ou cada vez mais distantes dos nossos parceiros europeus. Cada vez menos competitivos a nível mundial.

As nossas empresas, tal como os nossos cidadãos, precisam de estratégias e não de cuidados paliativos. A navegação à vista, tática que tem caracterizado os governos de António Costa ao longo dos últimos onze anos, nunca é a melhor forma de chegar a bom porto. Muito menos durante um temporal e com visibilidade reduzida.

Eurodeputada

Paula Franco “A dispensa do pagamento por conta este mês teria efeitos imediatos”

CONGRESSO Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados recomenda cautela aos empresários antes de se endividarem mais via apoios públicos e pede novas medidas antes do OE 2023.

ENTREVISTA **ROSÁLIA AMORIM**

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

Inquieta com o enquadramento macroeconómico e seus efeitos no tecido empresarial, a Ordem dos Contabilistas Certificados reúne no 7.º Congresso, de hoje até sexta-feira, em Lisboa. A Bastonária antecipa ao *DN* algumas das preocupações que vão estar em debate.

A inflação teima em subir e a incerteza é, provavelmente, a palavra do ano. Como é que a crise e a guerra inquietam a Ordem e as empresas com quem trabalham?

Em termos mundiais, vivemos tempos de enormes incertezas. Com o aumento generalizado dos preços via inflação, aumento das taxas de juro e a evolução da guerra na Ucrânia, é extremamente difícil prever o real impacto para as empresas e famílias. Atualmente, haverá já famílias e empresas em dificuldades ou a fazer contas à vida, no sentido de perceber se terão os meios financeiros necessários para fazer face às suas obrigações.

É importante que sejam dados sinais às empresas e famílias de que terão acesso aos apoios necessários para ajudar a mitigar os efeitos adversos dos aumentos dos custos das matérias-primas, dos aumentos do custo com a energia, dos bens de primeira necessidade e do aumento dos custos com os financiamentos com a subida dos juros.

Como analisa o pacote de apoios às famílias anunciado pelo governo?

Apesar do esforço do governo para corresponder às expectativas das famílias e empresas, as medidas apresentadas ficam muito aquém da confiança de que se precisava. Faltou dar um sinal de que, neste período particularmente difícil que se avizinha, as famílias e empresas poderiam, de facto, contar com o governo, desde já. Em todo o caso, o governo anunciou que, para além destas medidas, outras serão incluídas no Orçamento do Estado para 2023. Mas face ao atual contexto, muitas das situações precisam de respostas no imediato.

Talvez por isso, o governo anunciou apoios a atribuir durante o mês de outubro, nomeadamente o pagamento de 125 euros por pessoa com rendimento bruto mensal até 2700 euros e o pagamento de 50 euros por criança e jovem até 24 anos, bem como a redução da taxa do IVA de 13% para 6% (apenas sobre os primeiros 100 Kwh de energia consumida em cada mês) e ainda a possibilidade de transitar para o mercado regulado de gás.

Considera que as medidas para as famílias serão suficientes?

Estas medidas poderão não ser suficientes. Estes apoios monetários, atribuídos às famílias só estão previstos para outubro. Ora, não sabemos exatamente se o valor atribuído será suficiente, face à dimensão e duração deste cenário económico. Também os pensionistas vão ter direito a um valor correspondente a meia pensão, no mês de outubro. No entanto, ficamos sem saber exatamente se, no futuro, não haverá uma perda efetiva para os pensionistas. Em 2023, quando forem entregues as declarações de IRS do ano de 2022, o rendimento a declarar será maior, pelo que, para muitos pensionistas, o imposto a pagar também poderá ser maior. Além disso, não está claro de que forma serão calculados os aumentos das pensões a partir de 2024. Efetivamente, se esse aumento deixar de estar indexado à inflação, existe o risco de os pensionistas virem a perder poder de compra.

E no que diz respeito às empresas?

Para as empresas, as medidas apresentadas não são suficientes para fazer face ao contexto atual e urgente. Na prática, os apoios anunciados prorrogam, como seria expectável, algumas das medidas já existentes, nomeadamente os apoios às empresas de transporte para fazer face ao aumento dos custos de energia. Relativamente às novas medidas anunciadas, para fazer face às necessidades imediatas, o governo oferece como apoio uma linha de crédito de 600 milhões de euros. Ora, o recurso ao endividamento deveria corresponder àquilo que, no futuro, vai gerar rendimento, isto é, para efetuar investimentos. O endividamento não é boa solução para fazer face a gastos correntes ou situações anormais. Por isso, as empresas deverão ter muita cautela na hora de decidir pelo recurso a este tipo de “apoios”, sob pena de ficarem ainda mais endividadas.

> *“As empresas deverão ter muita cautela na hora de decidir pelo recurso a este tipo de ‘apoios’, sob pena de ficarem ainda mais endividadas.”*

Em termos fiscais, esperava mais?

Em termos fiscais, são poucas as medidas anunciadas, a destacar a redução no ISP e a majoração em 20% dos gastos com a eletricidade e gás e com fertilizantes, rações e outra alimentação para produção agrícola. Não obstante estas medidas serem importantes, e terão com certeza impacto no imposto a pagar pelas empresas, no caso particular da majoração dos gastos suportados, o impacto apenas será sentido no momento de entrega de declaração de rendimentos do ano de 2022, sendo que esta declaração apenas é entregue até maio de 2023.

Portanto, não vem resolver o problema imediato de tesouraria?

Existem já empresas com dificuldades de tesouraria, para as quais é necessário a aplicação de medidas com efeitos imediatos. Até ao final de setembro, são obrigadas ao pagamento da segunda prestação do pagamento por conta. Atendendo que, face ao contexto atual, é expectável que muitas no final do ano irão obter um lucro menor ou até mesmo prejuízo, uma medida com efeitos imediatos na tesouraria das empresas poderia passar pela dispensa do pagamento por conta.

Para além de medidas de caráter financeiro, é importante as empresas serem apoiadas em outras vertentes, nomeadamente na criação de mecanismos de facilitação, também chamada diplomacia económica, no acesso às cadeias de fornecimento dos fatores produtivos.

As empresas estão a apresentar rentabilidades bastantes boas, no entanto estão a deparar-se com enormes dificuldades na obtenção das matérias-primas e contratação de mão-de-obra. O Estado deve contribuir no sentido de apoiar, em termos diplomáticos, o acesso a mercados para obtenção das matérias necessárias, e ainda criar políticas que efetivamente sejam capazes de reter e captar mão-de-obra qualificada.

rosalia.amorim@dn.pt

Caso Maddie. Tribunal Europeu iliba Justiça portuguesa de queixa dos pais

DESAPARECIDA EM 2007 Ex-inspetor Gonçalo Amaral fala em vitória da Justiça e critica inação atual da PJ no caso. Casal McCann "naturalmente desapontado" com a decisão.

TEXTO **RUI FRIAS**

"É a vitória da Justiça, antes de mais, e a vitória do Estado Português e do Sistema de Justiça português, que funcionou muito bem". Gonçalo Amaral, ex-inspetor da Polícia Judiciária, congratulou-se assim com a decisão de ontem do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), que ilibou o Estado Português relativamente à queixa dos pais de Maddie McCann, a menina inglesa desaparecida na Praia da Luz, no Algarve, em 2007.

Em causa, no tribunal sediado em Estrasburgo, estava a queixa dos McCann contra a Justiça Portuguesa por ter absolvido Gonçalo Amaral de indemnizar os pais da menina britânica, após alegações feitas pelo antigo inspetor da Polícia Judiciária (PJ) num livro, num documentário e numa entrevista ao jornal *Correio da Manhã*. "Estão de parabéns todos aqueles que defendem a liberdade de opinião e de expressão", reagiu o antigo inspetor.

Os pais de Maddie tinham apresentado uma queixa contra Portugal por violação do direito à vida privada. Para Kate e Gerry Mc-Cann, as palavras do líder da investigação ao desaparecimento da menina, então com 3 anos de idade, representaram uma violação do seu direito ao respeito pela vida privada e o direito à presunção de inocência, o que os juízes do TEDH rejeitaram. Segundo o acórdão, no que toca ao direito à reserva da vida privada, "ao utilizarem os meios de comunicação social, os requerentes quiseram explorar todos os meios possíveis para encontrar a sua filha", pelo que, "embora fossem desconhecidos do público antes dos eventos, os requerentes acabaram por adquirir uma certa reputação pública e entraram na esfera pública", consideraram os juízes, referindo também que o livro de Gonçalo Amaral, a respetiva adaptação a documentário e a entrevista ao jornal se inscreviam no âmbito de "um debate que era de interesse público" relativo ao desaparecimento de Maddie.

AFP

Madeleine McCann desapareceu no Algarve em 2007.

Além disso, a decisão do TEDH validou que as informações transmitidas pelo ex-inspetor da PJ eram provenientes da investigação criminal que ele conduziu, na qual os pais da menina chegaram a ser constituídos arguidos até o inquérito acabar por deixar cair essa teoria. "O tribunal foi também da opinião de que as declarações em questão constituíam juízos de valor baseados numa base factual suficiente", reunida "no decurso da investigação e divulgada ao público", referiram os magistrados.

> "O tribunal foi também da opinião de que as declarações em questão constituíam juízos de valor baseados numa base factual suficiente."

Gonçalo Amaral aproveitou a decisão do tribunal europeu para criticar a ação da PJ e o decurso do processo, que está ainda em aberto, mas, segundo o ex-inspetor, em "maré mansa", ou seja, parado. "É um erro grosseiro estar à espera de decisões dos alemães e dos ingleses para nós [polícia portuguesa] irmos fazer qualquer coisa".

Já Kate e Gerry McCann anunciaram a sua desilusão: "Estamos naturalmente desapontados com a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos", escreveram no *site findmadeline.com*, criado para recolher informações sobre o desaparecimento da menina inglesa. E explicam que avançaram para tribunal "por uma, e apenas uma, razão: as afirmações infundadas do senhor Amaral estavam a ter um impacto prejudicial na procura da Madeleine". Para os pais de Maddie, o "foco está agora centrado na busca por Madeleine e no seu rapto". **Com LUSA**

Monkeypox. DGS define grupos prioritários para vacinação

SAÚDE Portugal registou pelo menos 908 casos desde o início do surto. Número de infeções diminuiu no último mês.

Homens que têm sexo com homens, mulheres e pessoas trans, em profilaxia pré-exposição para o VIH e profissionais de Saúde com elevado risco de exposição ao vírus *Monkeypox* são alguns dos grupos abrangidos para a vacinação preventiva. Os grupos elegíveis para a vacinação preventiva foram definidos pela Direção-Geral da Saúde na norma relativa à vacinação humana por vírus *Monkeypox*, ontem atualizada e divulgada, e envolvem "pessoas com risco acrescido" de contrair a infeção.

Passam a ser elegíveis para vacinação pessoas com idade superior ou igual a 18 anos, nomeadamente homens que têm sexo com homens (HSH), mulheres e pessoas trans, em tratamento preventivo contra o Vírus da Imunodeficiência Humana (PrEP para VIH) e diagnóstico de, pelo menos, uma infeção sexualmente transmissível (IST) nos últimos 12 meses, refere a DGS. Fazem também parte destes grupos HSH os que vivam com outrem com VIH e diagnóstico de pelo menos uma infeção sexualmente transmissível (IST) nos últimos 12 meses, HSH e pessoas trans envolvidas em sexo comercial, homens que fazem sexo com homens com imunossupressão grave. Os profissionais de Saúde, com elevado risco de exposição, envolvidos na colheita e processamento de produtos biológicos de casos de infeção, também fazem parte da estratégia de vacinação preventiva.

De acordo com a autoridade de Saúde, "a estratégia logística de vacinação preventiva será gerida ao nível de cada Região de Saúde".

Em declarações à Agência Lusa, a secretária de Estado da Promoção da Saúde, Margarida Tavares, assinalou a "diminuição marcada" do número de infeções nas últimas quatro semanas, mas, afirmou: "Isto não significa que estejamos confiantes ou que levantemos a guarda. Nada disso". Segundo os últimos dados, Portugal registou, pelo menos, 908 casos de *Monkeypox* desde o início do surto. **DN/LUSA**

BREVES

Lobo ártico clonado na China

Uma empresa chinesa de biotecnologia clonou com sucesso um espécime de lobo ártico, animal classificado pela União Internacional para a Conservação da Natureza como espécie ameaçada. A clonagem, resultado de dois anos de pesquisa, foi anunciada pela empresa Sinogene Biotechnology, cem dias após o animal ter nascido. O lobo, chamado *Maya*, está bem de saúde, de acordo com os responsáveis pelo projeto. A célula doadora foi obtida a partir de uma amostra de pele de uma loba do ártico de origem canadiana. O óvulo veio de uma cadela, cuja raça não foi especificada, e a gestação foi desenvolvida por outra cadela, de raça Beagle, explicou o vice-diretor da Sinogene, Zhao Jianping, adiantando que a escolha de um cão para gestar o clone se deve às semelhanças genéticas entre as duas espécies.

Fisco alerta para novo *e-mail* fraudulento

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) alertou, através do Portal das Finanças, para novo *e-mail* fraudulento que está a ser enviado a alguns contribuintes sobre a necessidade de procederem à regularização da sua situação tributária. Entre as mensagens fraudulentas incluem-se as que começam por dizer que está em curso uma atualização da lista de devedores na Internet, e que procuram convencer o contribuinte a proceder à regularização da sua situação tributária, para *'evitar'* que o seu nome passe a constar da referida lista, convidando-o a abrir o ficheiro (malicioso) em anexo. A AT sublinha que "estas mensagens são falsas e devem ser ignoradas", alertando que visam unicamente "convencer o destinatário a descarregar *'software'* malicioso" pelo que "em caso algum" os contribuintes devem efetuar esta operação.

Opinião
Francisco George

Elevação da Promoção da Saúde

No plano histórico, os assuntos da Saúde no tempo da Monarquia dos Bragança estavam, a nível do Estado, entregues ao Ministério do Reino que, no fundo, tratava de todas as pastas da governação e não apenas do Setor da Saúde.

É durante o imenso sobressalto que a Epidemia de Peste provoca, que a Corte e o governo decidem instituir a Direção-Geral da Saúde e Beneficência. Medida imediatamente concretizada, em outubro de 1899, ainda antes de a epidemia ter acabado. Na altura, o primeiro caso de peste acontece na Rua da Fonte Taurina, junto à Ribeira, no Porto, em pleno verão desse ano. O médico municipal, Ricardo Jorge, como Delegado de Saúde do Porto, liderou, com assinalável sucesso, todas as ações de controlo do surto. Insistiu na importância da higiene individual, familiar e comunitária. Para ele, a falta de limpeza urbana e o estado insalubre dos bairros e das casas habitadas por trabalhadores pobres, explicavam o regresso da Peste Medieval. Ricardo Jorge tudo faz para controlar a epidemia e impedir a sua propagação a outras cidades. Porém, os comerciantes portuenses não gostam das medidas por ele implementadas, nem do seu rigor preventivo. Receiam quebras nos negócios. Chegaram a espalhar a ideia de que a epidemia era inventada. Ameaçaram Ricardo Jorge, obrigando-o a fugir da sua cidade natal. Lisboa acolheu-o. Aqui começou a trabalhar no sentido de promover a saúde de todos os Portugueses. Trabalhou muito. Derrubou barreiras. Apontou o rumo da Higiene e da Prevenção, que não conseguira no Porto. Abriu a mente a muitos políticos, deputados e governantes, quer da Monarquia Constitucional, quer da República. Logo em 1911, o ministro do Governo Provisório, António José de Almeida, nomeou-o Diretor-Geral de Saúde. Depois, também, no Estado Novo, continuou a batalhar por mais reformas, pela maior ênfase da Saúde Pública nas políticas de Saúde. Nem sempre terá sido compreendido. Infatigável até ao limite de idade dos 70 anos, Ricardo Jorge era uma figura estimável.

Oliveira Salazar manteve, por longos anos, a Direção-Geral de Saúde (DGS) integrada no Ministério do Interior. Sublinhe-se este aspeto político, caricato: a DGS inserida no Ministério do Interior na Ditadura.

Pela primeira vez na História Portuguesa, só no ano de 1958, foi decidida a criação do Ministério da Saúde e Assistência que, naturalmente, passou a englobar a DGS.

Mais tarde, a seguir à Revolução de Abril, o Ministério da Saúde passa a ser designado como Ministério dos Assuntos Sociais. Tem à sua frente um ministro que tutela, cumulativamente, os dois setores da Saúde e da Segurança Social que ficam a cargo, cada um, de um secretário de Estado. Mas, em 1983, a estrutura orgânica do governo volta a instituir o Ministério da Saúde com a missão de definir a política de Saúde e assegurar a gestão de todo o Sistema, separando-o da Segurança Social.

Moral da História:
Acabou, para sempre, a era da DGS no Ministério do Interior.

Reconhece-se que a Promoção da Saúde assume uma importância prioritária que exige novas condições. Novos investimentos.

Hoje, no âmbito da equipa do Ministério da Saúde, a recente nomeação da médica, Margarida Tavares, como membro do governo para tutelar a pasta da PROMOÇÃO DA SAÚDE é muito mais do que simbólica. Representa um novo paradigma. Um novo tempo, gerador de mais confiança e mais entusiasmo.

A recente nomeação da médica, Margarida Tavares, como membro do governo para tutelar a pasta da PROMOÇÃO DA SAÚDE é muito mais do que simbólica. Representa um novo paradigma."

Ex-diretor-Geral da Saúde
franciscogeorge@icloud.com

Opinião
Pedro Freitas

Uma escola nova a cada ano letivo

No início de mais um ano letivo, muitos professores preparam-se para o regresso às aulas e, para muitos, será também a chegada a uma escola nova. Este fenómeno da rotação de professores e consequente instabilidade é comum no Sistema de Ensino português. Considerando o período entre 2007 e 2018, em média, por agrupamento de escolas públicas, a percentagem de professores novos em cada ano letivo flutuou entre os 20% e os 30%. No ano letivo 2017/18, em 90% dos agrupamentos, mais de 20% dos professores eram novos nestes mesmos agrupamentos. Esta rotação é mais prevalente entre os professores contratados, tendo picos para os professores de quadro nos anos de concurso interno, ou seja, quando os professores de quadro podem concorrer a outras escolas. O sistema tem uma enorme dança de cadeiras e estes números espelham bem a instabilidade para escolas e professores.

Esta rotação não é indiferente para os resultados das escolas. Apesar de não haver uma medição do impacto que tal pode ter nas aprendizagens no caso português, noutros Sistemas de Ensino, como o inglês ou americano, foi possível mostrar que a excessiva rotação de professores tem um impacto negativo sobre os resultados dos alunos. Tal resulta essencialmente da perda de professores que estavam mais habituados a lecionar no contexto específico de cada escola.

Mas esta rotação não é igual para todas as escolas, sendo que são aquelas que estão enquadradas em meios socioeconómicos mais desfavorecidos que veem uma maior mudança dos seus professores de um ano letivo para outro. Senão vejamos, se medirmos a composição social da escola através da percentagem de mães que têm Ensino Superior, podemos verificar que esta está correlacionada com o nível de rotação do corpo docente. Entre 2007 e 2018, nas 10% de escolas com maior concentração de mães com o Ensino Superior, em média, em cada ano, a percentagem de novos professores é de 22%. No sentido contrário, as 10% de escolas com menor concentração de mães com o Ensino Superior teve uma rotação média no mesmo período de 27%. Contudo, quando nos focamos nos anos em que existiu concurso interno de professores, ou seja, anos em que os professores de quadro de escola puderam mudar de agrupamento, esta diferença entre os dois tipos de escola aumenta – 27% *vs.* 37%. Encontramos diferenciais semelhantes na rotatividade de professores, quando comparamos escolas considerando com maior ou menor concentração de alunos com Ação Social Escolar ou onde a média dos resultados dos alunos nas provas de final de ciclo é mais alta ou mais baixa. Ou seja, a rotatividade não é igual em todas as escolas, sinalizando que os professores têm poucos incentivos para permanecer em escolas de contextos menos favoráveis ao desenvolvimento das aprendizagens.

É hoje claro nos estudos quantitativos dos determinantes do sucesso escolar dos alunos que, apesar da enorme condicionante dos fatores familiares, é o professor que, dentro da escola, mais pesa nos resultados destes alunos. Neste sentido, devemos interrogar-nos que incentivos existem hoje para que os professores desejem permanecer em escolas com contextos sociais mais desfavoráveis. A verdade é que estes incentivos pouco existem. Em termos pecuniários, de salário, de estabilidade ou progressão na carreira, as características da escola onde se leciona não tem qualquer influencia. Igualmente, quando falamos da indução de novos professores, ou seja, na capacidade de integrar os professores quando mudam de escola, devemos interrogar-nos se esta indução existe verdadeiramente em muitas escolas. Em particular, em contextos mais difíceis falta uma integração e acompanhamento feito em proximidade entre os professores mais antigos e aqueles que estão a chegar à escola e que possa dar os incentivos e o apoio necessário a quem chega pela primeira vez.

Num momento em que discutimos a revisão do modelo de recrutamento de professores, estes mecanismos de incentivo e de apoio devem ser ponderados e criados por forma a que no início de cada ano letivo as escolas enfrentem um corpo docente mais estável, sobretudo naquelas onde esta estabilidade é ainda mais necessária.

Investigador do Nova SBE Economics of Education Knowledge Center

Global Media
GROUP
Pesadelo Fiscal
investigação
Alexandra Borges
HOJE ÀS 8H E 21H
www.gridigital.pt
Gri
Gri
www.gridigital.pt

O famoso questionário Proust respondido pelo enólogo e consultor da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico – Picowines **Bernardo Cabral**

"O cagarro é o meu pássaro preferido, porque só os oiço quando estou na Ilha do Pico"

A sua virtude preferida?
Empatia.

A qualidade que mais aprecia num homem?
Honestidade.

A qualidade que mais aprecia numa mulher?
Confiança.

O que aprecia mais nos seus amigos?
Capacidade de aceitação.

O seu principal defeito?
Ser demasiado "politicamente correto".

A sua ocupação preferida?
Estar com a minha mulher e os meus filhos.

Qual é a sua ideia de "felicidade perfeita"?
Representada num quadro, seria uma cena de um serão em família, numa casa com vista sobre o mar e, enquanto uns tocam piano, a minha mulher e eu bebemos um belo vinho.

Um desgosto?
Perder o olfato.

O que é que gostaria de ser?
Uma pessoa que nunca para de aprender com outros.

Em que país gostaria de viver?
Portugal.

A cor preferida?
O verde das vinhas.

A flor de que gosta?
Flores selvagens.

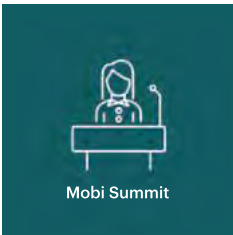
DR

O pássaro que prefere?
Cagarro, porque só os oiço quando estou na ilha do Pico.

O autor preferido em prosa?
George Orwell.

Poetas preferidos?
Fernando Pessoa.

O seu herói da ficção?
James Bond (na versão Sean Connery).

Heroínas favoritas na ficção?
Imperatriz Furiosa (Charlize Theron) – Mad Max.

Os heróis da vida real?
Viticultores do Pico.

As heroínas históricas?
Anjezë Gonxhe Bojaxhiu M.C., conhecida como Madre Teresa de Calcutá. Se todos tivéssemos 1% da sua capacidade de dar, seriamos todos melhores.

DR

Os pintores preferidos?
Monet, Picasso e a Carlota Pinto Leite (minha sobrinha).

Compositores preferidos?
Rachmaninov e Paul Simon.

Os seus nomes preferidos?
Maria da Luz e Diogo.

O que detesta acima de tudo?
Batota.

A personagem histórica que mais despreza?
Hitler.

O feito militar que mais admira?
Não consigo, por princípio, admirar feitos militares, mas a resistência ucraniana é comovente.

O dom da natureza que gostaria de ter?
Voar.

Como gostaria de morrer?
Em paz, abraçado à minha mulher.

Estado de espírito atual?
Inquieto, como dizem os açorianos.

Os erros que lhe inspiram maior indulgência?
Os erros que se transformam em aprendizagem e que nos fazem crescer.

A sua divisa?
Criatividade.

A fiscalidade no próximo Orçamento do Estado esteve em debate em iniciativa do *DV*.

CARLOS PIMENTEL / GLOBAL IMAGENS

Presidente da CIP acredita que taxa do IRC vai descer para 19%

CONFERÊNCIA António Saraiva espera "surpresa agradável" em matéria fiscal. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais avisa que o Orçamento não vai "resolver os problemas das empresas".

TEXTO **FÁTIMA FERRÃO**

O momento é o ideal e o contexto governamental abre a porta a reformas fiscais tão necessárias quanto desejadas pelos empresários e pelas associações setoriais nacionais. Durante o debate integrado na Conferência do *Dinheiro Vivo* "*Covid, guerra, inflação: como deve adaptar-se a fiscalidade no OE2023*", que decorreu ontem no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, António Saraiva demonstrou algum otimismo quanto a possíveis mudanças. O presidente da CIP (Confederação Empresarial de Portugal) lembrou que o governo tem maioria e, provavelmente, o apoio parlamentar de alguns partidos no que se refere a alterações na política fiscal. Mas, aponta, "é preciso vontade e coragem". Para já, o responsável da CIP deu a entender que haverá uma agradável surpresa na descida na taxa de IRC.

"Estou firmemente convicto de que seremos agradavelmente surpreendidos, brevemente na apresentação do Orçamento [do Estado] com esta possível redução da taxa nominal do IRC dos 21% para os 19% e transversal."

A simplificação do sistema fiscal foi outra das mensagens deixadas pelos participantes no debate. A sua complexidade, defenderam, afasta o investimento, especialmente porque penaliza o sucesso. Assim, os empresários presentes reivindicam uma simplificação que permita ajudar as empresas e a economia a crescer. "Preferimos que os impostos sejam coisas simples", aponta Gonçalo Lobo-Xavier. Só desta forma, acredita o diretor-geral da APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição), as empresas terão condições para dar mais aos trabalhadores.

"Precisamos de um sistema fiscal que incentive a eficiência e que contrarie a ação penalizadora do Estado", acrescenta Pedro Ginjeira do Nascimento. O secretário-geral da Associação Business Roundtable Portugal (BRP) acredita que o atual sistema penaliza o crescimento e o sucesso, não apenas das empresas, mas de todo o país.

Política fiscal não é "solução mágica"

A opinião dos empresários contraria a posição assumida pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, durante a abertura da conferência. No seu discurso, o governante desvalorizou o papel da política fiscal que, afirmou, "não é uma solução mágica".

Na sua opinião, problemas como a subida da inflação ou o custo elevado da energia não serão resolvidos através dos impostos, mas pela aceleração da transição energética, tirando partido dos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). "Valorizo mais as medidas do PRR para estas questões", afirmou.

Já sobre o Orçamento do Estado (OE), Mendonça Mendes alertou os empresários para que "não pensem que o OE vai resolver os problemas das empresas e do país".

Do lado empresarial, Lobo-Xavier responde: "As empresas também não estão à espera disso. Esperam é que o OE não provoque mais problemas".

António Saraiva acrescenta que o Estado deve ter apenas um papel regulador e "tem de sair da frente". Até agora, reforça, o que vimos foi o Estado a deixar as empresas à mercê do contexto covid, guerra, energia, etc., "e as empresas estão com as suas tesourarias em exaustão". O presidente da CIP admite que o governo pode ajudar temporariamente o setor empresarial a ultrapassar as dificuldades, mas depois tem de as deixar navegar sozinhas.

Um Estado organizado de forma napoleónica e num modelo do século XIX é, para Carlos Lobo, o retrato nacional que é preciso mudar. Sem esta alteração estrutural, dificilmente o país conseguirá ter políticas fiscais mais adequadas às necessidades atuais, acredita o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que marcou presença nesta conferência como *keynote speaker*.

"A estrutura evoluiu muito mais rapidamente do que a estrutura do Estado. Quando falamos do choque fiscal não é só da questão dos impostos, mas do tema da reestruturação do Estado", considera. E exemplifica. "Sempre que o governo se reúne naquelas *task forces* para resolver um problema, isso não deveria ser o modelo excecional de atuação. Deveria ser o modelo ordinário." O fiscalista considera ainda que Portugal tem a capacidade natural de se adaptar às situações, mas tem de haver um sinal e mobilização.

dinheirovivo@dinheirovivo.pt

"Não pensem que o Orçamento do Estado vai resolver os problemas das empresas e do país."

António Mendonça Mendes
Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

"Quando falamos do choque fiscal não é só da questão dos impostos, mas do tema da reestruturação do Estado."

Carlos Lobo
Fiscalista

ANDRÉ KOSTERS / LUSA

Ana Mendes Godinho esteve reunida ontem com três sindicatos de bancários.

Governo dá até 125 euros aos reformados da banca

PENSÕES Ministra do Trabalho garante valor mínimo do complemento a pagar em outubro para quem descontou para um fundo privado.

TEXTO **SALOMÉ PINTO**

O governo encontrou uma solução para responder, em parte, aos protestos de dezenas de milhares de reformados bancários que iriam ficar excluídos do bónus de mais meia pensão a pagar em outubro. "A ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, garantiu que, no mínimo, todos os reformados vão receber do Estado 125 euros", revelou ao *DN/Dinheiro Vivo* a coordenadora de contratação e serviços jurídicos do MAIS Sindicato do Setor Financeiro, Cristina Damião, depois da reunião de ontem com a ministra e mais dois sindicatos do setor – Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) e Sindicato dos Bancários do Norte (SBN).

Contudo, a insatisfação permanece. "Foi um avanço, mas os sindicatos continuam a exigir o mesmo tratamento dado aos pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, que vão receber mais meia pensão", adianta Cristina Damião. Por isso, os sindicatos "vão pedir uma audiência ao primeiro-ministro e Presidente da República para esclarecer a situação e, se necessário, vão avançar para a fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma que viola o Princípio da Igualdade de Tratamento", esclarece a dirigente sindical.

Pelo menos 22 mil pensionistas sócios do MAIS Sindicato, podendo chegar a 50 mil em todo o país, não terão acesso ao bónus de 50% da reforma ou porque só descontaram para fundos de pensões privados da banca, ou porque só uma pequena parte da carreira contributiva está registada na Segurança Social, havendo aqui uma situação mista em que a pensão é paga quase na totalidade pelo banco e o restante pelo regime previdencial. Para estas situações, o diploma do governo é omisso, o que significa que, no primeiro caso, o reformado não terá direito ao complemento e, no segundo, a Segurança Social só pagará 50% do valor que é atribuído ao reformado.

Ana Mendes Godinho explicou aos sindicatos que, de facto, o complemento extraordinário aos pensionistas, que irá custar aos cofres do Estado mil milhões de euros, só abrange aqueles que se encontram no regime da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações, tratando-se de um adiantamento relativamente à atualização regular de 2023.

> Sindicatos exigem tratamento igual ao dos restantes pensionistas da Segurança Social e vão pedir audiências ao primeiro-ministro e ao Presidente da República.

Por isso, o governo vai avançar com uma outra medida de modo a garantir que nenhum reformado da banca recebe menos do que 125 euros, em outubro. Ou seja, um pensionista do regime misto com 1000 euros de pensão, dos quais 100 são pagos pela Segurança Social, em vez de receber mais 50 euros vai ter direito a 125 euros. No caso de um reformado que apenas tenha descontado para o fundo privado, terá direito aos 125 euros por via do apoio a pagar a todos os contribuintes com vencimentos mensais brutos até 2700 euros. Agora, um pensionista totalmente integrado na Segurança Social já irá receber o bónus de meia pensão na sua totalidade. O *DN/DV* questionou o Ministério do Trabalho sobre como esta medida será operacionalizada, mas até ao fecho da edição não obteve resposta.

Ana Mendes Godinho assegurou ainda que, no caso dos reformados em regime misto, o cheque de 125 euros não irá ser absorvido pela banca, uma vez que, por regra, a instituição só paga a diferença até chegar ao valor de reforma estipulado. Ou seja, se a Segurança Social dá 100 euros para uma reforma de mil, o banco paga 900. Agora, com um complemento de 125 euros, há o risco de a instituição financeira apenas desembolsar 875 euros, absorvendo o aumento do pensionista.

salome.pinto@dinheirovivo.pt

Portugal retira candidatura de João Leão à liderança do Mecanismo de Estabilidade

UNIÃO EUROPEIA Ex-ministro das Finanças está fora da corrida, assim como o candidato do Luxemburgo. Governo diz que foi "para evitar um impasse".

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES**

O Ministério das Finanças anunciou ontem que retirou a candidatura portuguesa à liderança do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) por "comum acordo no interesse da instituição". Também o Luxemburgo deixou cair o nome que apresentou para dirigir a instituição, o antigo titular das Finanças, Pierre Gramegna.

Leão e Gramegna eram os candidatos que estavam na reta final da corrida para a liderança do MEE. O governo português justifica a retirada da candidatura do ex-ministro das Finanças com a falta de consenso entre os países da Zona Euro.

"Na sequência de consultas informais que tiveram lugar nos últimos meses entre os ministros das Finanças da área do euro, verificou-se que, ainda que cada um dos candidatos tenha reunido um grande número de votos, nenhum dos dois conseguiu obter a maioria qualificada de 80% dos votos necessária para ser nomeado diretor-geral do MEE", lê-se na nota das Finanças. Ora, "para evitar um impasse" no processo de sucessão do alemão Klaus Regling, atual diretor-geral do MEE, Portugal e o Luxemburgo acordaram retirar as respetivas candidaturas", acrescenta.

O processo está agora nas mãos do presidente do Eurogrupo e presidente do conselho de governadores do MEE, Paschal Donohoe, que vai decidir sobre os próximos passos na escolha de uma nova liderança para o MEE. O Ministério das Finanças refere, ainda, que Donohoe informará "oportunamente sobre o processo subsequente", já sem o envolvimento de João Leão.

Regling sai em outubro

A corrida para a sucessão de Regling, que lidera o organismo desde a sua criação, em 2012, iniciou-se a meio de março, após o convite de Paschal Donohoe a todos os estados-membros da Zona Euro para apresentarem candidatos. A Itália propôs Marco Buti, o Luxemburgo Pierre Gramegna, a Holanda Menno Snel e Portugal João Leão.

Das quatro candidaturas apresentadas, Leão e Gramegna chegaram à última fase, mas sem um consenso entre os Estados-membros a votação final e oficial vinha a ser adiada há, pelo menos, três reuniões consecutivas do conselho de governadores do MEE, do qual fazem parte os ministros das Finanças da zona euro.

O novo diretor-geral do Mecanismo deveria ter sido anunciado na reunião de 16 de junho. O alemão Klaus Regling termina o mandato no próximo dia 7 de outubro.

João Leão foi ministro das Finanças de Portugal entre junho de 2020 e março de 2022. Antes disso foi secretário de Estado do Orçamento, entre 2015 e 2019, quando o ministério era tutelado por Mário Centeno, atual governador do Banco de Portugal.

jose.rodrigues@dinheirovivo.pt

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

João Leão, antigo ministro das Finanças.

REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

Miguel Almeida, presidente executivo da NOS.

NOS deverá vender parte da rede de fibra ótica e encaixar até 900 milhões de euros

TELECOMUNICAÇÕES Operação não será inédita no setor. A Altice Portugal alienou parte da sua rede em 2019.

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES**

Os analistas de telecomunicações não acreditam que Portugal tenha mercado para suportar mais do que três empresas estabelecidas com serviços em redes fixas e móveis. Têm previsto cenários de aquisições ou fusões no setor e alertado para futuras quebras na rentabilidade do negócio *telco*, com as principais empresas do setor (Altice, NOS e Vodafone) a procurar formas de monetizar ativos, para acautelar o impacto da chegada de novos concorrentes (Digi e Nowo/MásMóvil) nas contas dos próximos anos. No caso da NOS, uma das formas encontrada passará pela venda de parte da rede de fibra ótica, à semelhança do que a Altice Portugal fez em 2019.

"Acreditamos que a empresa está finalmente a preparar-se para vender uma participação da sua rede", lê-se numa nota de *research* do caixaBank/BPI publicada ontem, à qual o *DN/Dinheiro Vivo* teve acesso. Os analistas antecipam o interessa da NOS em alienar 49,99% da estrutura que controla a rede de fibra ótica. A operação "permitiria à empresa faturar 900 milhões de euros, eliminar [quase] por completo a sua dívida e elevar o preço das ações para 4,4 euros". Seria um "catalisador [de resultados] a médio prazo", estimam os analistas.

E a NOS admite mesmo vender parte da sua rede de fibra ótica para gerar mais rentabilidade no negócio? Foi esta a questão enviada a fonte oficial, que não respondeu a tempo do fecho desta edição.

Os analistas do CaixaBank/BPI nem arriscam um prazo para o negócio ocorrer, nem identificam possíveis interessados. Referem apenas que as circunstâncias (incerteza sobre a estabilidade) do mercado apontam para uma venda da rede de fibra ótica.

A venda de parte da rede não é uma ideia nova na NOS (nem inédita no setor), mas vinha a ser descartada. A empresa chegou a defender que a venda seria "desnecessária por causa da baixa alavancagem" que permitiria. Até agora.

A publicação da especialidade TMT Finance avançou em agosto que a *telecom* estaria a "discutir com assessores financeiros a possibilidade" de encontrar um parceiro financeiro para o negócio da fibra. O argumento, agora, será o de haver uma "forte tendência da indústria em monetizar redes de telecomunicações". E a NOS nem estará com especiais receios neste passo, pois a rival Altice Portugal já fez o mesmo – em 2019 vendeu metade do negócio da fibra ótica à Morgan Stanley por mais de 1,5 mil milhões de euros (rede da dona da Meo passou a valer então 4,6 mil milhões).

No final de junho, a rede da NOS cobria 5,2 milhões de casas (1,8 milhões via fibra ótica; 2,3 milhões via um híbrido entre fibra e cabo; e 1,1 milhões "sobrepostas" entre o sistema híbrido e fibra). A NOS terá planos para aumentar a cobertura da sua rede até às 5,4 milhões de residências, projeto que inclui acordos de partilha de rede com a Vodafone e a DST Telecom.

De acordo com a nota de *research* do CaixaBank/BPI, excluindo os acordos com a Vodafone e a DST Telecom, a Fibre Co, veículo da NOS para o negócio da fibra, poderá ser avaliado entre 1,4 e 2,2 mil milhões de euros. Se se somar a ServCo, outro veículo da NOS para o mesmo ativo, o negócio da fibra pode ser avaliado até 3,4 mil milhões de euros.

Nesta base, a eventual venda de 49,99% do negócio da fibra da NOS deverá render 229 milhões de euros aos acionistas, pelo menos. "Parte significativa dos recursos obtidos com a venda de uma participação na rede da empresa aumentaria a remuneração dos acionistas, elevando o já generoso *dividend yield* de 8%", lê-se na nota.

jose.rodrigues@dinheirovivo.pt

Opinião
Cristina Siza Vieira

Mudar de perspetiva ou mudar de país?

(...) importam-se, que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo (...). A civilização custa-nos caríssima com os direitos da alfandega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas....(...). Isto é uma choldra torpe.

Onde pus eu a charuteira? Desembaraçado da majestade que lhe dava a peliça, o antigo Ega reaparecia, perorando com os seus gestos aduncos de Mefistófeles em verve, lançando-se pela sala como se fosse voar ao vibrar as suas grandes frases, numa luta constante com o monóculo, que lhe caía do olho, que ele procurava pelo peito, pelos ombros, pelos rins, retorcendo-se, deslocando-se, como mordido por bichos. Carlos animava-se também, a fria sala aquecia (...); depois, com ferocidade e à uma, malharam sobre o país..."

(in *Os Maias*, Eça de Queiroz)

Não resisti, para ilustrar a minha crónica de hoje, a reproduzir mais do que devia, porque o texto acima é delicioso a vários níveis, também na imagem do João da Ega desesperando em busca do monóculo.

Mais do que devia, porque o meu ponto era este: dois dos grandes diletantes do romance maior do, para mim, maior romancista português, tinham por *hobby* deslustrar o país. São muitas as passagens em que estas e outras personagens se entretêm a bater no país e nos portugueses, embora também lhes cheguem, volta e meia, laivos de patriotismo e se enalteçam as nossas barrigadas de riso, quando "*na Europa o homem requintado já não ri, – sorri regeladamente, lividamente. Só nós aqui, neste canto do mundo bárbaro, conservamos ainda esse dom supremo, essa coisa bendita e consoladora (...)*".

É de facto muito curioso que nos tenha ficado, infelizmente não com tanta graça e verve, esta tendência para apoucar o que é nosso, ou mais prosaicamente, para dizer mal de Portugal.

Todavia... tal choca com a visão que hoje, tanto os que nos visitam como os que nos escolhem para viver e muitos dos emigrantes, têm do nosso país.

Não são os números do turismo, mas os prémios que arrecadamos que falam por si. Só para referir alguns, Portugal é considerado "*The Friendliest Country in The World*" para expatriados e o 5.º melhor país para viver e trabalhar (InterNations); o 4.º país melhor para os reformados, no "*Retirement Index*" (International Living); o 4.º país mais pacífico e seguro do mundo (Global Peace Index). Em termos de World Travel Awards já pouco temos a ganhar: a Madeira, melhor Destino Insular do Mundo; os Açores, melhor Destino de Turismo de Aventura da Europa; o Algarve, melhor Destino de Praia do Mundo; os Passadiços do Paiva, melhor Atração de Turismo de Aventura do Mundo. Em 2021, Braga foi considerada o melhor Destino Europeu (European Best Destinations) e o Porto eleito o destino imperdível (*National Geographic UK*).

> **"Creio que, de facto, o turismo vem contribuindo para ganharmos um crescente amor e orgulho pelo nosso país; pelas nossas tradições e costumes; território; paisagens naturais e construídas; pessoas; até pelas nossas bizarrias."**

Dá que pensar. Será que na verdade o nosso país só é bom se visto por outros olhos (ou monóculos)? Ou será que precisamos de ter a experiência de fora, do que é viver noutros países, de ter saudade, para valorizar o que temos? Ou ainda, só valorizamos o que é nosso se outros o valorizarem?

Francamente não sei qual a resposta. Mas creio que, de facto, o turismo vem contribuindo para ganharmos um crescente amor e orgulho pelo nosso país; pelas nossas tradições e costumes; território; paisagens naturais e construídas; pessoas; até pelas nossas bizarrias. Não serve, é claro, para apagar os nossos defeitos, nem para esquecer os desequilíbrios (que os há – e exigem correção –, desde logo entre os estrangeiros que nos procuram para viver e os portugueses que aqui vivemos; e Lisboa, justamente carregada de prémios, é também considerada a 3.ª cidade do mundo mais cara para se viver, ponderando o rendimento médio disponível, o custo de vida e o valor médio de renda [CIA Landlords, março 2022]), mas para olharmos para nós sob outra persspetiva. E não, não importamos o nosso carisma e forte identidade, as nossas maravilhosas qualidades. Essas são intrinsecamente nossas. E por elas somos procurados e estimados.

VP executiva da AHP – Associação da Hotelaria de Portugal

Mais 14 parques de estacionamento e a aposta numa mobilidade que transforme Oeiras.

A "revolução" de Isaltino que começa com 14 parques de estacionamento

OEIRAS Autarquia quer alterar toda a rede de transportes do concelho e monitorizar em tempo real tudo o que se passa. Objetivo? "Até 2030 reduzir a dependência do automóvel".

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

"Gerir um território é ter informação em tempo real para a poder trabalhar. Se não tem essa informação está cego, não sabe. Se nada sabe, como é que atua?". Rui Ribeiro Rei, presidente executivo da empresa municipal Parques Tejo, da Câmara de Oeiras, fala de uma "revolução" e "sustentabilidade" nos transportes, na mobilidade e no estacionamento no concelho que há de ser, disse Isaltino Morais, presidente da autarquia, um "exemplo nacional e internacional".

"Primeiro temos de fazer uma transformação na gestão do estacionamento. As pessoas precisam de saber se têm lugar para estacionar, saber a cada instante onde é que podem estacionar. E depois construir o ecossistema da mobilidade, da sustentabilidade, que permitirá agregar valor à solução do estacionamento", explica Rui Ribeiro Rei.

O passo inicial, para além de um renovado Centro de Atendimento ao Cliente "dotado das condições técnicas e operacionais", inaugurado ontem, começa com a construção de mais 14 parques de estacionamento (2800 lugares) que, se os "construíssemos todos diretamente, teriam um custo de mais de 100 milhões de euros".

A solução passa por "investimento direto, outros com recurso a contrapartidas de licenciamento com investidores privados. Ou seja, "um privado, por exemplo, constrói um prédio e cede à câmara o estacionamento como contrapartida".

O presidente executivo da empresa municipal Parques Tejo considera que se está a falar de "muito investimento e muito trabalho quer técnico quer depois de contratação" que deverá estar concluído daqui a "4 a 6 anos".

"Até ao fim do ano abriremos o parque de Paço de Arcos e iniciaremos a construção de um novo parque na avenida dos bombeiros voluntários em Algés. Para que tenha a noção do investimento, o projeto que Oeiras tinha só para 4 parques rondava cerca de 40 milhões de euros. Nós gerimos cerca 16 mil lugares, mas na realidade temos necessidade de mais oferta de estacionamento", explica.

E faz sentido abrir a porta a mais carros, a mais lugares de estacionamento? Rui Ribeiro Rei garante que sim porque o "estacionamento é uma pedra importante na gestão da mobilidade. O que tenho é que criar condições mínimas para que as pessoas possam estacionar o seu automóvel. E depois, a partir daí, executar políticas de mobilidade que lhes permita numa boa parte das suas deslocações não terem a necessidade de usar automóvel".

> Transformação passa por integrar em rede o transporte rodoviário de passageiros, com táxis, uma rede própria de *bike sharing* – por exemplo –, e por criar "vias dedicadas" e "semáforos inteligentes".

Para explicar a razoabilidade do argumento cita números: "62% das viagens na Área Metropolitana de Lisboa (AML) são feitas em automóvel. Em Oeiras, a taxa é de 60%. E falo de viagens internas, as dentro do concelho, e das externas, para fora do concelho".

Argumento adicional: "Onde não há estacionamento não vale a pena nós querermos vender ilusões, dizer que se acaba amanhã com o automóvel, não é possível".

Conclusão? "O objetivo é reduzir, mas dizer que faço uma rede de transportes para a chegar a todas as pessoas não é verdade, isso não existe. Tenho é que fazer uma rede de transportes que abranja mais de 80% da população, que as pessoas tenham uma paragem de autocarro a 100 ou 200 metros, que tenha possibilidade de usar vários tipos de transporte, que o transporte seja fiável, que seja previsível, que tenha conforto".

E isso é parte do plano até porque Oeiras "é o único município da Área Metropolitana de Lisboa que tem sensivelmente o mesmo número de viagens para fora e para dentro". "O que pretendemos é em reduzir, em seis ou sete anos, no mínimo 10% destes movimentos pendulares, as entradas e saídas do concelho. Até 2030 temos que reduzir a nossa dependência do automóvel".

A "rede externa" de transportes "implica" necessariamente que "haja uma visão integrada não apenas com Lisboa (para o fluxo de idas e vindas é maior), mas naturalmente com a "Área Metropolitana de Lisboa". Vai acontecer? "Nós temos uma série de projetos que por vontade do município são para avançar".

Se as ligações ao "exterior" dependem de "entendimentos" com a AML, a "mobilidade interna" precisa de "transformações" que coloquem a "infraestrutura rodoviária ao serviço do transporte público e não do automóvel". O que falta? "Infraestruturas dedicadas a construir, melhores infraestruturas porque as via Bus têm problemas: há os cruzamentos, há os semáforos cegos. Para que tudo isto melhore tenho que ter zonas dedicadas e gerir de forma inteligente os semáforos".

O exemplo de Curitiba, no Brasil, é uma possibilidade. "Lá", explica Rui Ribeiro Rei, "os autocarros gerem o amarelo, podem prolongar o amarelo e o autocarro passa. Os carros que vierem a seguir ficam no vermelho". São "propostas" que para além das vias dedicadas podem "aumentar a velocidade comercial dos autocarros".

E naturalmente, acrescenta, "mais transporte rodoviário, mais investimento no elétrico e no SATUO (Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras)".

O plano da "revolução" passa também ter "dados" sobre o uso dos transportes. Na prática saber "quem são os passageiros , onde entram, onde saem de forma a melhorar a "eficácia dos transportes públicos, coisa que não havia até 2016. Com o passe metropolitano consegue-se saber quem são os utilizadores, há uma matriz, sabemos onde entram, mas não sabemos onde saem. Daqui a seis meses temos, espero ter antes, um conjunto de dados que já nos permite tomar decisões. Mesmo com a oferta que temos".

Em síntese, sublinha, "dados de procura dos transportes, a matriz origem e destino" e informação em "tempo real também para os utilizadores". "Faz algum sentido existir, por exemplo, um problema na linha de caminho de ferro de Oeiras e eu que sou cliente não recebo essa informação? Isto faz algum sentido? Ou não saber a que horas chega o autocarro? Isto faz algum sentido?".

Os primeiros sinais de mudança, garante Rui Ribeiro Rei, vão começar a sentir-se "a partir do próximo ano". "Começaremos a ver melhorias no estacionamento, mais lugares e melhor gestão. Nos transportes internos vamos demorar seguramente mais um ano", conclui.

artur.cassiano@dn.pt

Apesar dos avisos sombrios, Guterres destacou os acordos que permitiram retomar o tráfego marítimo de navios com cereais ucranianos.

EPA / JASON SZENES

Guterres cita Shakespeare e pede impostos para combustíveis fósseis

ONU O secretário-geral antevê um "inverno de descontentamento global" perante as crises globais, numa Assembleia-geral das Nações Unidas sob a tensão da guerra na Ucrânia.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Depois de dois anos de Assembleias-gerais realizadas com recurso ao vídeo para os chefes de Estado ou de governo discursarem devido à pandemia, o regresso generalizado à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, ficou marcado pelo discurso do secretário-geral. Uma advertência aos líderes e diplomatas sobre a "cascata de crises" e seus efeitos que irá culminar em breve num "inverno de descontentamento global", numa adaptação da primeira frase de *Ricardo III*, de William Shakespeare.

Com a ausência dos líderes da Rússia e da China, os chamados dias de debate da 77.ª assembleia geral da Organização das Nações Unidas arrancaram com uma mensagem de António Guterres que começou por dizer que o "mundo está em grandes dificuldades" para logo de seguida dar o exemplo positivo dos acordos assinados há dois meses em Istambul, entre as autoridades de Kiev e de Moscovo com o governo turco e as Nações Unidas, para garantir o desbloqueio dos cereais ucranianos dos seus portos, bem como dos fertilizantes russos. "Este navio é um símbolo do que podemos alcançar quando trabalhamos em conjunto", afirmou Guterres ao falar do *Brave Commander*, o primeiro navio que navegou sob bandeira da ONU, tendo transportado 23 mil toneladas de cereais para a Etiópia e Iémen. "Cada navio também transporta uma das mercadorias mais raras da atualidade: a esperança."

Mas esperança foi um sentimento que deve ter desaparecido entre quem continuou a ouvir o dirigente português, quando este disse que "se o mercado dos fertilizantes não estabilizar no próximo ano, o problema pode ser a distribuição de comida", tendo apelado para a "remoção dos obstáculos à exportação dos fertilizantes russos" e seus ingredientes, apesar de lembrar que nenhum destes produtos está sujeito às sanções económicas ocidentais. Horas antes, Vladimir Putin acusou a Europa de bloquear 300 mil toneladas de fertilizantes. "O cúmulo do cinismo é que mesmo a nossa oferta de transferir gratuitamente 300 mil toneladas de fertilizantes russos bloqueados nos portos europeus, devido a sanções, para países que deles necessitam continua sem resposta", afirmou.

"Não tenhamos ilusões, estamos em mares agitados. Um inverno de descontentamento global está no horizonte. A crise do aumento de custo de vida está a agravar-se. A confiança está a desmoronar-se, as desigualdades estão a disparar, o nosso planeta está a arder. As pessoas estão em sofrimento – com os mais vulneráveis a padecer mais. A carta das Nações Unidas e os ideais que representa estão sob ameaça. Temos o dever de agir. E no entanto estamos manietados numa colossal disfuncionalidade mundial", prosseguiu Guterres, pelo que apelou para uma coligação global.

Além de um retrato panorâmico desanimador, António Guterres sugeriu a redistribuição dos lucros das empresas ligadas aos combustíveis fósseis para ajudar a baixar os preços dos alimentos e para compensar os danos das alterações climáticas.

Enquanto o presidente brasileiro aproveitou o palco para fazer campanha eleitoral e atacar Lula da Silva, e o chileno Gabriel Boric para advogar pela humildade em democracia, em resultado da derrota do referendo à proposta da nova constituição, o turco Recep Erdogan assumiu-se como mediador de conflitos. Sobre a guerra da Rússia na Ucrânia, defendeu uma "saída digna" para a crise. Numa entrevista à PBS, Erdogan revelou que os dois países concordaram numa troca de 200 prisioneiros e reafirmou defender que Moscovo se retire de todos os territórios ocupados.

cesar.avo@dn.pt

"Há outra batalha que devemos terminar – a nossa guerra suicida contra a natureza. A crise climática é a questão decisiva do nosso tempo. O mundo está viciado nos combustíveis fósseis."

António Guterres
Secretário-geral da ONU

"A Rússia não pode impor a sua vontade por meios militares ainda que com cinismo proponha simulacros de referendos em territórios bombardeados e mais tarde ocupados."

Emmanuel Macron
Presidente de França

"Continuaremos a envidar esforços para acabar com a guerra com base na integridade territorial e na soberania da Ucrânia. Precisamos de encontrar uma solução diplomática que dê a ambas as partes uma saída digna para a crise."

Recep Tayyip Erdogan
Presidente da Turquia

"África já sofreu o suficiente com o fardo da história, não quer ser o centro de uma nova Guerra Fria."

Macky Sall
Presidente do Senegal e presidente em exercício da União Africana

SERGEY BOBOK / AFP

Sapador verifica a presença de minas em posições abandonadas pelos russos, na região de Kharkiv.

"Referendos" na Ucrânia para mobilizar soldados contratados na Rússia

GUERRA Moscovo responde às perdas das últimas semanas ao subir a parada. Kremlin anuncia discurso de Putin, que acaba adiado.

A Duma aprovou ontem uma reforma ao código penal que prevê penas de prisão até 10 anos para os militares que se rendam ou que abandonem as suas posições. Esta nova lei, em conjugação com o anúncio de "referendos" em regiões ocupadas ou semiocupadas da Ucrânia, levam a "operação militar especial" para uma nova fase. Ainda sem se saberem os contornos da mesma – o adiamento do discurso de Vladimir Putin lança mais sombras do que luzes – a ideia de uma mobilização, parcial ou total, dos militares russos parece estar em marcha.

O Conselho da Federação (Senado) deverá aprovar hoje as emendas à lei que endurecem o abandono de posições de militares, bem como a rendição, a recusa de acatar ordens e até os saques. Para os observadores, esta é a resposta do Kremlin às perdas das últimas semanas no território ocupado, bem como uma estratégia de mobilização parcial (para já), uma vez que os soldados contratados já não poderão recusar o destacamento para a Ucrânia. Até agora os soldados contratados só estavam obrigados a combater na Ucrânia se fosse declarada guerra. "Estão a criar-se fundações legais muito apressadas para uma mobilização parcial", escreveu Igor Strelkov, antigo agente dos serviços secretos russos.

As autoridades instaladas por Moscovo nas regiões de Lugansk (a única quase toda ocupada pela Rússia), Donetsk, Zaporíjia e Kherson anunciaram a realização urgente de "referendos" sobre a anexação à Rússia entre os dias 23 e 27. Baseados no modelo que confirmou a anexação da península ucraniana da Crimeia pela Rússia em 2014, os ditos "referendos" há meses que têm sido propalados. O calendário dos mesmos foi acelerado, devido à ofensiva ucraniana que obrigou o exército russo a retirar-se do nordeste do país enquanto enfrenta dificuldades de reabastecimento a sul.

A Ucrânia respondeu de imediato e prometeu "liquidar" a "ameaça" russa. "A Ucrânia vai solucionar a questão russa. A ameaça só pode ser liquidada pela força", escreveu no Telegram o chefe de gabinete da presidência ucraniana, Andrii Yermak, ao denunciar uma "chantagem" de Moscovo motivada pelo "medo da derrota". O ministro dos Negócios Estrangeiros, Dmytro Kuleba, garantiu que os "falsos referendos" ou a mobilização de tropas irão trazer qualquer mudança. "A Rússia tem sido e continua a ser um agressor que ocupa ilegalmente partes das terras ucranianas. A Ucrânia tem todo o direito de libertar os seus territórios e continuará a libertá-los, independentemente do que a Rússia disser."

Líderes ocidentais recusaram a legitimidade de um plebiscito feito sem quaisquer condições. "É muito, muito claro que estes referendos falsos não podem ser aceites e não são abrangidos pelo direito internacional", disse o chanceler alemão. Para Olaf Scholz esta iniciativa faz "parte de uma intenção de agressão imperialista". "A Rússia deve retirar as suas tropas", disse. Já o presidente francês Emmanuel Macron disse que se está perante "uma farsa", e uma "nova provocação" que "não terá qualquer consequência" na posição de Paris. "A própria ideia de organizar referendos em regiões onde se assiste à guerra, que estão a sofrer bombardeamentos, é o cúmulo do cinismo", disse Macron. Mais tarde, durante o discurso na assembleia geral da ONU, afirmou que o que se está a assistir desde 24 de fevereiro "é um regresso ao imperialismo e às colónias", algo que a França "rejeita". Ao tentar ganhar a simpatia de vários estados, sobretudo os africanos, para a Ucrânia, disse que "o imperialismo contemporâneo não é ocidental" e que o problema não é de escolher um campo entre o oeste e o leste, o norte ou o sul. "Estamos a falar da responsabilidade de todos em respeitar a Carta e o nosso bem mais precioso, a paz." Os Estados Unidos afirmaram que não reconhecerão "nunca" os territórios anexados, enquanto a NATO, pela voz do secretário-geral Jens Stoltenberg, considerou que as consultas representam uma "escalada adicional" do conflito.

Para a analista independente russa Tatiana Stanovaya, "Putin vai realizar esses referendos para ter o direito de usar armas atómicas para defender o território russo".

C.A. COM AFP

Campanha em tom morno a cinco dias das eleições Legislativas em São Tomé

SUFRÁGIO No total, 11 partidos e movimentos, incluindo uma coligação, concorrem às eleições do próximo domingo, dia 25.

Um camião a debitar música em decibéis excessivos, com cartazes da Ação Democrática Independente (ADI, oposição), estacionado junto ao Mercado Municipal de São Tomé, era ontem de manhã exceção à campanha para as Legislativas, que decorre em tom morno. Nas ruas da capital praticamente só são visíveis cartazes de maior dimensão do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD, no poder) e da ADI, que também têm espalhadas pela cidade pequenas bandeirolas, muito já rasgadas pelo vento.

Além dos dois maiores partidos, a candidatura do Movimento Social Democrata/Partido Verde, encabeçada por Elsa Garrido, tem alguns cartazes visíveis no edifício do mercado. Depois, aqui e ali, veem-se cartazes de tamanho A3, colados nas paredes, do movimento Basta ou do Movimento Democrático Força da Mudança/União Liberal (MDFM/UL).

Na praça junto ao Mercado Municipal, onde em campanhas anteriores os postes e árvores cobertos de cartazes das candidaturas e pequenas bancas dos partidos emitiam música e *slogans* através de grandes colunas, a vida decorre, por estes dias, com normalidade.

A cinco dias das Legislativas, a campanha está "estranha", comentam à Lusa. "Os políticos andaram muito tempo a brincar com o povo, a comprar a consciência das pessoas", disse um jurista são-tomense, referindo-se ao fenómeno do '*banho*', a compra de votos frequentemente junto aos locais de voto. Segundo o jurista, para os são-tomenses, a campanha é "um momento de festa" e os eleitores "querem comer, beber, dançar, e acabam por ir com todos os partidos, mas já sabem muito bem em quem vão votar", referiu.

Para o analista político Celsio Junqueira, "a campanha está muito discreta". "Há pouco dinheiro, as forças não conseguiram angariar fundos", devido à situação internacional. Além disso, considerou que as Presidenciais de 2021 "influenciaram de forma negativa o eleitorado", que ficou desconfiado da classe política, que distribuiu cabazes alimentares e ofertas depois de um período de crise causada pela covid-19.

Mesmo sem uma campanha intensa, os são-tomenses não dispensam o debate político, por vezes acalorado. Um homem de *T-shirt* do movimento Basta discutia com um grupo de motoqueiros, que defendiam a ADI. "ADI já ganhou, já ganhou", diziam os jovens, enquanto o apoiante do Basta respondia que Patrice Trovoada, antigo primeiro-ministro, "chegou no domingo e na sexta já vai embora". Depois de uma troca de argumentos, a discussão desfez-se entre risos.

No total, 11 partidos e movimentos, incluindo uma coligação, concorrem às Legislativas do próximo dia 25, no mesmo dia em que decorrem eleições autárquicas e para o governo regional do Príncipe. **DN/LUSA**

ESTELA SILVA / LUSA

Movimento Social Democrata/Partido Verde, de Elsa Garrido, tem cartazes no mercado.

O avançado do Benfica tem oito golos e três assistências esta época.

ALVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

Gonçalo Ramos. Como o *feiticeiro* de Olhão ganhou um lugar na seleção

LIGA DAS NAÇÕES Fernando Santos chamou avançado do Benfica para ocupar a vaga de Rafa, que renunciou à equipa das quinas. Jogos com a Rep. Checa e Espanha decisivos para Portugal.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

A chamada à seleção premeia o excelente início de época de Gonçalo Ramos. Com oito golos e três assistências em 12 jogos, o jovem avançado do Benfica foi convocado por Fernando Santos para ocupar o lugar de Rafa Silva – que renunciou à seleção – na lista dos 26 eleitos para o duplo compromisso de Portugal no apuramento para a fase final da Liga das Nações. O avançado de 21 anos estará assim à disposição do selecionador para os jogos com a República Checa (sábado, em Praga) e com a Espanha (terça-feira, em Braga).

Natural de Olhão, Gonçalo é filho de Manuel Ramos, um antigo jogador do Farense da era Paco Fortes, que também representou o Salgueiros na I Divisão. "Apesar de nunca o ter visto jogar, tenho o bichinho pelo futebol graças a ele", confessou, numa entrevista o avançado, admitindo que ouve com atenção os conselhos do pai e que, depois dos jogos, tem sempre uma mensagem dele à sua espera.

Tinha 5 anos quando chegou ao Olhanense integrado num grupo de 60 miúdos que ia fazer testes de captação. Não parava de dizer que queria ser jogador de futebol profissional, como o pai. Foi aprovado e integrado numa equipa com miúdos mais velhos. Quando foi jogar um torneio a Vila Real de Santo António, a equipa de Olhão ganhou o prémio *fair-play*, que consistia numa visita ao Benfica *Campus*, no Seixal. E foi assim que teve o primeiro contacto com os encarnados. Passou a jogar na escolinha das *águias*, em Olhão, e juntou-se à família benfiquista, no Seixal, em 2013.

Foi lançado na equipa B aos 17 anos por Renato Paiva, o mesmo treinador que pouco mais de um ano e meio depois se estreou na equipa principal pela mão de Nélson Veríssimo, a 21 de julho de 2020. E que estreia. Entrou aos 85 minutos e marcou dois golos, na visita ao Desp. Aves (4-0). O último jogador a marcar dois golos na estreia pelos encarnados tinha sido o galês Mark Pembridge, em 1998... ainda Gonçalo Ramos não era nascido (2001).

> Filho de Manuel Ramos, que jogou no Farense de Paco Fortes, Gonçalo começou a jogar no Olhanense com 5 anos. No Seixal desde 2013 já escreveu o nome no livro dos recordes do clube da Luz. Ida à seleção premeia excelente início de época.

Nesse momento entrou para a história, pois acaba de marcar golos por quatro equipas do Benfica na mesma época (juniores, sub-23, equipa B e formação principal). Quando lhe pediram que se definisse como avançado respondeu: "Tenho golo, mas tenho de melhorar as rotinas, porque nem sempre joguei a ponta-de-lança." Admitiu que se sentia "mais confortável como segundo avançado e médio ofensivo, atrás do ponta de lança", porque tinha "facilidade de entrar em zonas de finalização".

Sozinho e com liberdade

Já o comparam ao alemão Thomas Müller, do Bayern Munique. Ramos gosta da referência porque se revê na "inteligência posicional" e no "contributo para a organização defensiva da equipa". Como tem sorte nos ressaltos, os colegas de seleção, nos Sub-19, puseram-lhe a alcunha de *feiticeiro*, mas o avançado garante que é com trabalho e sem magia que a bola vai ter com ele. Em 2019, depois de ser Vice-campeão Europeu de Sub-19 e de se sagrar Melhor Marcador do torneio, revelou à Rádio Planície os desejos que tinha para a carreira. "Quero ganhar algumas competições, como campeonatos, Liga dos Campeões, Europeu, Mundial e chegar à equipa principal do Benfica e da seleção."

A incerteza fez parte do início desta época de Gonçalo Ramos, devido ao interesse de clubes como a AS Roma, PSG, Chelsea, Bayern Munique e Wolverhampton na sua contratação. E até ontem a imprensa inglesa juntou o Manchester United de Cristiano Ronaldo à lista de interessados. No entanto, Ramos ficou na Luz.

Começou logo no onze – há 16 anos que um avançado português não era titular do Benfica no primeiro jogo oficial da época – e destacou-se sob as ordens de Roger Schmidt, que o recuperou das tarefas de avançado mais recuado e lhe deu liberdade para estar sozinho na frente. E assim foi decisivo no apuramento do Benfica para a fase de grupos da *Champions* e tem sido preponderante na boa época da equipa, com 13 vitórias em 13 jogos.

Gonçalo Ramos participou em 12 partidas e contribuiu com oito golos, quatro deles na I Liga e outros tantos na *Champions*, sendo que três deles foram marcados na pré-eliminatória frente ao Midtjylland (4-1), que lhe permitiu tornar-se no terceiro mais jovem (21 anos e um mês) a marcar um *hat-trick* pelo Benfica na Europa, depois de João Félix e Eusébio.

Números que justificam a chamada à seleção, onde terá a concorrência de João Félix, Rafael Leão, Pedro Neto, Diogo Jota e Cristiano Ronaldo, mesmo que fique associado a uma vaga que inicialmente não era sua.

isaura.almeida@dn.pt

Pepe, Bernardo e Félix no ginásio

Pepe, Bernardo Silva e João Félix falharam o primeiro treino da seleção, com vista ao duplo compromisso a contar para a fase de qualificação de Liga das Nações, tendo realizado treino de recuperação no ginásio. Gonçalo Ramos foi a novidade na sessão de trabalho que se realizou na Cidade do Futebol, em Oeiras, que contou com Cristiano Ronaldo durante os primeiros 15 minutos abertos à imprensa. Hoje há novo treino orientado por Fernando Santos, que para chegar à *final four* e lutar pelo troféu que venceu em 2019, terá de levar a equipa das quinas à vitória nas duas partidas. Com quatro jogos disputados, Portugal está no segundo lugar, com sete pontos, menos um que a Espanha.

Novos miúdos e gerações. Braz diz que o futuro do futsal em Portugal está garantido

SUCESSO Conquista da primeira edição da Finalíssima junta-se ao Bicampeonato Europeu e ao Mundial. Selecionador prevê que futuro vai continuar a ser de êxitos.

A conquista da Finalíssima em futsal é a prova de que a modalidade em Portugal está definitivamente em alta, tantas têm sido as conquistas nos últimos anos, e é um enorme motivo de satisfação para o selecionador nacional Jorge Braz, que lembrou que "há muitos anos" já preconizava que o futuro do futsal português estaria "garantido".

A seleção portuguesa de futsal , recorde-se, juntou no domingo a primeira edição da Finalíssima ao Bicampeonato Europeu e ao título Mundial, todos depois de superar a Espanha, desta vez nas grandes penalidades (4-2, no desempate por penáltis, após uma igualdade a um golo).

"Era uma competição nova, jogada pela primeira vez, queríamos muito continuar neste registo e trazer também este troféu para a Cidade do Futebol. Acho que foi isso que eles demonstraram, quiseram mesmo muito trazer a taça para nós", referiu ontem Jorge Braz, à chegada da comitiva portuguesa da Argentina.

O selecionador considerou ainda que o sucesso do futsal português era previsível graças ao trabalho realizado pela Federação Portuguesa de Futebol e pelos clubes que possibilitam o desenvolvimento da modalidade, o que lhe deixa a certeza de que o futuro da mesma estará assegurado no país.

"Claro que as pessoas não dão tanto realce, porque não vencíamos, mas há muitos anos que dizia: iria ser natural o futuro do futsal português. Estava garantido, mesmo quando terminasse o Ricardinho ou outro. Vêm novos miúdos, é só olhar para o Europeu sub-19, para as gerações que vêm a seguir, para tudo o que está a ser feito por todos os clubes portugueses, era muito natural que isto acontecesse," indicou.

Para dar seguimento a este momento de glória para o futsal de Portugal, atual campeão europeu e mundial de futsal, o selecionador define como "obrigação" da estrutura federativa "proporcionar oportunidades aos jovens".

Jorge Braz abordou uma sucessão natural na equipa nacional, sem prejuízo na qualidade ou na ambição: "Se eles têm valor e se também trabalham para atingir este patamar, estamos cá para confiar neles totalmente, porque, se tiver qualidade, o que interessa se tem 18 anos ou 30".

"Temos uma confiança absoluta em tudo o que tem vindo a ser feito. Parece que a Cidade do Futebol vai ter um museu daqui a uns tempos e temos de contribuir para isso," assegurou, confiante quanto a um futuro brilhante do futsal nacional.

João Matos, capitão da seleção portuguesa de futsal, salientou "a ambição portuguesa" e elogiou a capacidade demonstrada pelo grupo de trabalho, que valeu a conquista da edição inaugural deste troféu, disputada na Argentina.

"Depois de termos vencido tudo, apresentámo-nos numa forma extraordinária, lutámos com todas as nossas armas contra dificuldades de bola, de piso, de condições a que não estamos habituados, que encontrámos na Argentina e não encontramos aqui na Europa, e o que é certo é que a melhor resposta foi esta", afirmou. **LUSA**

FPF

Taça da Finalíssima já está na Cidade do Futebol.

PUBLICIDADE

Certifico para efeitos de publicação:

Que neste Cartório Notarial de Almada, da Notária Dora Maria Gaspar Gomes Mesquita e Carmo, sito na Rua Torcato José Clavine, número sete, piso menos dois esquerdo, foi outorgada, em **15/09/2022**, a folhas 5 e seguintes do livro de notas n.º 63, uma escritura de justificação, na qual **MARIA MANUELA DE ALMEIDA ASCENSÃO SILVA MATOS**, NIF 122.549.651, natural da freguesia da Lapa, concelho de Lisboa, e marido, **HÉLDER MARTINS TEIXEIRA DE MATOS**, NIF 152.265.287, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, casados sob o regime da comunhão geral e residentes na Rua Luís de Camões, número 52, Cabanas, Palmela, titulares, respetivamente, dos cartões de cidadão números 01306751, válido até 03/08/2031, e 04742095, válido até 03/08/2031, emitidos pela República Portuguesa, declararam:

I

Que, conforme consta de escritura pública de Habilitação de Herdeiros outorgada a treze de março de dois mil e oito, no Cartório Notarial de Almada, da Notária Lina Maria Cabrita Deus Oliveira, exarada de folhas cento e trinta e quatro a folhas cento e trinta e quatro verso do livro de C-Três, notas faleceu, a vinte e três de setembro de dois mil e sete, JOSÉ DE ASCENSÃO SILVA, no estado de casado, sob o regime da comunhão geral, com Rosa dos Anjos de Almeida Silva, a quem sucedeu, por vocação legal, a cônjuge sobreviva e sua filha Maria Manuela de Almeida Ascensão Silva Matos.

II

Que, posteriormente, conforme consta de escritura pública de habilitação de herdeiros outorgada a vinte e oito de março de dois mil e vinte e dois, no Cartório Notarial de Setúbal, da Notária Cathy Camilo Regodeiro Albano Teixeira, exarada de folhas quarenta e duas a folhas quarenta e duas verso do Livro Sete, faleceu, em seis de março de dois mil e vinte e dois a referida ROSA DOS ANJOS DE ALMEIDA SILVA, também conhecida por Rosa dos Anjos de Almeida, no estado de viúva do anterior, a quem sucedeu, por vocação legal, sua filha, a referida Maria Manuela de Almeida Ascensão Silva Matos.

III

Que das mencionadas heranças faz parte o DIREITO a UM QUARTO INDIVISO do quinhão hereditário pertencente a Leonardo Pinho Valente, casado com Felicidade de Jesus Machado Valente, sob o regime da comunhão geral.

Isto porque em fevereiro de mil novecentos e setenta e nove, em dia que não conseguem precisar, os pais da Justificante mulher, os referidos José de Ascensão Silva e Rosa dos Anjos de Almeida Silva, adquiriram, mediante compra verbal a Leonardo Pinho Valente, casado com Felicidade de Jesus Machado Valente, sob o regime da comunhão geral, o **quinhão hereditário** de um quarto que a estes pertencia na herança aberta por óbito de Manuel Valente de Almeida.

IV

Que do mencionado direito faz parte o PRÉDIO URBANO situado em Almada, na Rua Francisco de Andrade, número 4, na freguesia e concelho de Almada, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número **dois mil duzentos e sessenta**, da freguesia de Almada, com a aquisição do referido direito que pretendem justificar de um quarto indiviso a favor de Leonardo Pinho Valente e mulher, Felicidade de Jesus Machado Valente, nos termos da inscrição correspondente à **Ap. 38, de 27/12/1978**, prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo 340**, anterior artigo 1178 da freguesia de Almada (extinta), com o valor patrimonial e atribuído para efeitos de escritura correspondente ao direito de um quarto de trinta e dois mil quatrocentos e noventa e seis euros e oitenta e três cêntimos, **artigo 868**, anterior artigo 2593 da freguesia de Almada (extinta), com o valor patrimonial e atribuído correspondente ao direito de um quarto de cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos, **artigo 869**, anterior artigo 2594 da freguesia de Almada (extinta), que por sua vez deu origem ao **artigo 1090** da freguesia de Almada (extinta), com o valor patrimonial e atribuído correspondente ao direito de um quarto de mil quatrocentos e vinte e três euros e dezasseis cêntimos, todos os artigos atuais da união das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.

Que a referida compra e venda do mencionado direito de um quarto indiviso não foi reduzida a escritura pública.

Que a partir daquele ano, exercem em nome próprio e em conjunto com os demais interessados e co-herdeiros, sobre o identificado prédio urbano, uma posse pacífica, contínua e pública, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, suportam os diversos encargos na proporção do direito que lhes cabe, fazem as respetivas benfeitorias e garantem o pagamento das respetivas contribuições e impostos, designadamente o IMI.

Estão, portanto, reunidos todos os requisitos inerentes à aquisição dos identificados direitos, adquiridos há mais de vinte anos, por USUCAPIÃO, direitos que eles justificantes invocam, mas que dada a forma da aquisição e para efeitos de constituição de novo trato sucessivo se encontram, nos termos expostos, impossibilitados de comprovar pelos meios normais ao seu alcance, posse que assim detêm há mais de vinte anos, sem interrupção, oposição ou ocultação de quem quer que seja, pelo que para o efeito pretendem justificar os seus direitos.

Optam assim os primeiros outorgantes por recorrer à escritura de justificação notarial, como forma de suprir a falta de título para o registo do mencionado direito, tal como lhes é permitido nos termos das disposições combinadas dos artigos 80, n.º 2, alínea a), e 91.º do Código do Notariado.

Almada, quinze de setembro de dois mil e vinte e dois

A Notária,
Dora Maria Gaspar Gomes Mesquita e Carmo

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão
Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão – Juiz 1

Referência: 370650	*Ação Popular 61/22.1YQSTR*	*Data: 16-09-2022*

ANÚNCIO

A Mma. Juíza de Direito Dra. Joana Manuel Mateus Araújo, do Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 1: Faz saber que corre termos neste Tribunal a Ação Popular, registada com o número 61/22.1YQSTR, em que é Autor Fabrizio Esposito e Rés Alphabet Inc, Google LLC, Google Ireland Limited, Google Commerce Limited, Google Payment Limited e Google Payment Ireland Limited.

Por via deste Anúncio e para os efeitos do artigo 15.º da Lei n.º 83/95, são citados todos os consumidores, residentes no território nacional português, lesados pelas práticas anticoncorrenciais imputadas às Rés que ainda não sejam intervenientes na presente ação para o efeito de, **no prazo de 20 dias, decorrida que esteja a dilação de 30 dias**, contada da publicação do anúncio, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e para declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelo autor ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do mesmo artigo 15.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto – art.º 15.º/1 a 3 da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto.

O prazo indicado é contínuo, suspendendo-se, no entanto, nas férias judiciais.

Terminado o prazo em dia em que os Tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

*

Identificação da causa de pedir: responsabilidade civil extracontratual fundada na violação de normas jusconcorrenciais.

Identificação do pedido e da causa de pedir constante da Petição Inicial apresentada pela Autora:

a) Ser declarado que, entre 1 de janeiro de 2013 e a data do trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos presentes autos ou da efetiva cessação das práticas ou de uma eventual transação, as Rés exploraram, de forma abusiva e continuada, uma posição dominante no mercado da distribuição de Apps Android e no mercado dos serviços de processamento de pagamentos de Compras Relevantes, impondo termos e condições restritivos que exigem que os programadores de Apps Android distribuam essas aplicações exclusivamente na Play Store; exigindo que qualquer Compra Relevante seja feita por meio do PSPPS; e cobrando preços excessivos e não equitativos na forma de uma Comissão aplicada a todas essas compras, violando, de forma continuada, o artigo 102.º do TFUE e o artigo 11.º da LdC.

b) Ser declarado que estas práticas das Rés causaram danos aos interesses difusos de proteção de consumo de bens e serviços e da concorrência e bem assim aos interesses individuais homogéneos dos Utilizadores de Dispositivos GMS.

c) Serem as Rés condenadas a abster-se das práticas ilícitas referidas em a).

d) Ser designada, por indicação do Autor e mediante aprovação prévia do Tribunal, uma entidade responsável pela receção, gestão e pagamento das indemnizações devidas a lesados não individualmente identificados, nos termos do artigo 19.º, n.º 7, da LAP.

e) Serem as Rés condenadas, solidariamente, a indemnizar integralmente todos os lesados, em montante global pelos danos que lhes foram causados por essas práticas ilícitas no que respeita ao sobrepreço pago aquando da realização de Compras Relevantes, através do pagamento do montante global de indemnização:

i. A determinar nos termos do artigo 609.º, n.º 2, do CPC e dos artigos 9.º, n.º 2, e 19.º, n.º 4, da LPE;
ii. Atualizado à taxa de inflação desde o momento do dano até à citação da presente ação às Rés (correção monetária);
iii. Acrescido de juros de mora civis a partir de então;
iv. Seguindo o método de determinação e distribuição de indemnizações individuais determinado pelo Tribunal.

f) Sejam pagos os lesados que venham a ser individualmente identificados, pelos montantes que sejam determinados no âmbito da presente ação.

g) Serem as Rés condenadas em custas.

h) Ser o Autor ressarcido das custas, encargos, honorários e demais despesas que incorreu por força da presente ação, incluindo o custo do financiamento do presente contencioso (a liquidar segundo o AFC), a partir do montante da indemnização global, sem ultrapassar o montante da indemnização global remanescente quando o direito de indemnização individual dos consumidores representados tiver prescrito.

i) Ser o montante remanescente da indemnização global, após o pagamento das despesas incorridas pelo Autor por força da presente ação e a prescrição do direito de indemnização individual dos consumidores representados, entregue ao Ministério da Justiça, nos termos e para os efeitos do artigo 22.º (5) da LAP.

j) Serem as Rés condenadas a publicar em quatro jornais generalistas de âmbito nacional um sumário da decisão judicial transitada em julgado no presente processo, redigido pelo Tribunal, a expensas das Rés, sob pena de desobediência.

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

Documento elaborado pelo Escrivão Adjunto Rui Varino

A Juíza de Direito
Dra. Joana Manuel Mateus Araújo

CARTÓRIO NOTARIAL
Joana de Faria Maia, Notária

EXTRATO

Joana de Faria Maia, Notária deste concelho, com Cartório sito na Avenida Barbosa du Bocage, 88 A, na cidade de Lisboa, **CERTIFICA**, narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura lavrada no dia dezanove de setembro de dois mil e vinte e dois, a folhas cinquenta e três do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Quatro-B deste Cartório, **Maria Elisabete Tavares Ferreira**, divorciada, natural da freguesia e concelho do Fundão, residente na Travessa Augusto Machado, número 20, terceiro esquerdo, freguesia da Costa da Caparica, concelho de Almada, contribuinte fiscal número 150 225 202, declarou que, com exclusão de outrem, é dona e legítima possuidora dos seguintes prédios:

Um: urbano, composto de fração autónoma designada pela letra **"A"**, a que corresponde a loja número 9, registada pela apresentação número vinte e oito, de sete de fevereiro de mil novecentos e oitenta e três, a favor de Carlos Selécio Ferreira e mulher, Julieta Pereira Tavares Ferreira, sob o regime da comunhão geral de bens, residentes em França, com o valor patrimonial de 15.341,80 €; **Dois**: urbano, composto de fração autónoma designada pela letra **"O"**, a que corresponde à loja número cinco, registado pela apresentação número quarenta e cinco, de vinte e nove de agosto de mil novecentos e oitenta e três, a favor de Carlos Selécio Ferreira e mulher, Julieta Pereira Tavares Ferreira, sob o regime da comunhão geral de bens, residentes em França, sob o qual incide a apresentação número mil novecentos e setenta e oito, de vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, de penhora, na quantia exequenda de três mil duzentos e oitenta e seis euros e noventa e sete cêntimos, em que é exequente Administração do Condomínio — Travessa Augusto Machado, número 20, Costa da Caparica, e executada a herança ilíquida e indivisa de Julieta Pereira Tavares Ferreira, no Processo de Execução número 5620/16.9T8ALM - Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Almada – Juízo de Execução – Juiz 2, com o valor patrimonial de 23.737,54 €; **Três:** urbano, composto de fração autónoma designada pela letra **"Q"**, a que corresponde a loja número sete, registado pela apresentação número dez, de vinte e sete de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, a favor de Carlos Selécio Ferreira e mulher, Julieta Pereira Tavares Ferreira, sob o regime da comunhão geral de bens, residentes em França, sob o qual incide a apresentação número onze, de vinte e sete de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, e a apresentação número trinta, de dez de julho de mil novecentos e oitenta e quatro, ambas de hipoteca voluntária a favor do Banco Nacional Ultramarino, cujo cancelamento se encontra assegurado, conforme declara, com o valor patrimonial de 20.692,13 €; todas frações autónomas parte do prédio, em regime de propriedade horizontal, sito na Praça Gil Vicente, número 13, e Rua Maria da Silva, número 8 – Almada, na freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, concelho de Almada, onde se encontra inscrito na matriz sob o artigo 1358 e descrito na freguesia de Almada na Primeira Conservatória do Registo Predial de Almada, sob o número mil quatrocentos e cinquenta e um, afeto ao regime da propriedade horizontal pela apresentação número dezoito, de vinte de maio de mil novecentos e oitenta e dois;

Quatro: urbano, composto de fração autónoma designada pela letra **"H",** a que corresponde terceiro andar esquerdo – habitação do prédio em regime de propriedade horizontal sito na Travessa Augusto Machado, número 20, lugar e freguesia de Costa da Caparica, concelho de Almada, onde se encontra inscrito na matriz sob o artigo 1434, com o valor patrimonial de 63.061,95 € e descrito na freguesia de Costa da Caparica na Segunda Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número mil novecentos e quarenta e seis, afeto ao regime da propriedade horizontal pela apresentação número dez, de seis de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, aí registado pela apresentação número dezanove, de seis de novembro de mil novecentos e sessenta e nove, a favor de Ana Cândida Pereira Gomes, viúva, residente em Donas – Fundão; **Cinco**: urbano, composto de fração autónoma designada pela letra **"B"**, a que corresponde rés-do-chão direito e um estendal ao nível do piso de cobertura do prédio, do prédio em regime de propriedade horizontal sito na Estrada da Luz, números 199 e 199 A, tornejando para a Rua Inocêncio da Silva, em Benfica, freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, onde se encontra inscrito na matriz sob o artigo 1970, com o valor patrimonial de 64.056,65 € e descrito na freguesia de Benfica na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número trezentos e setenta e sete, afeto ao regime de propriedade horizontal pela apresentação número três, de dezanove de janeiro de mil novecentos e oitenta e sete, aí registado pela apresentação número trinta e seis, de um de março de mil novecentos e oitenta e oito, a favor de Carlos Selécio e mulher, Julieta Pereira Tavares Ferreira, sob o regime da comunhão geral de bens, residentes em França, sob o qual incide a apresentação número trinta e sete, de um de março de mil novecentos e oitenta e oito, de hipoteca a favor do Crédito Predial, EP, cujo cancelamento se encontra assegurado, conforme declara; que desconhece a outra origem matricial da indicada quanto a este prédio, não sendo possível estabelecer matricialmente a sua proveniência; que em data que não pode precisar, mas cerca do ano de mil novecentos e noventa, adquiriu (já no estado de divorciada de Amândio Felizes Conde, com quem foi casada sob o regime da comunhão geral), por doação verbal, por que não titulada daqueles titulares inscritos, Carlos Selécio Ferreira e mulher, Julieta Pereira Tavares Ferreira, sob o regime da comunhão geral de bens, residentes em França, seus pais, os bens descritos nas verbas **Um, Dois, Três e Cinco**, tendo recebido também por doação verbal não titulada, cerca do ano de mil novecentos e setenta, de seus referidos pais, o prédio descrito na verba **Quatro**, que sua mãe havia recebido também por doação verbal de sua avó materna e titular inscrita, Ana Cândida Pereira Gomes, que, não obstante não dispor de título formal que legitime o seu domínio sobre os descritos prédios, vêm os referidos prédios a ser possuídos pela ora justificante há mais de vinte anos, deles retirando todas as suas utilidades, limpando-os, procedendo às necessárias obras de restauro, usando todas as utilidades por ele proporcionadas, pagando os respetivos impostos, com ânimo de quem exerce direito próprio, sendo reconhecida por sua dona por toda a gente, fazendo-o de boa-fé, por ignorar lesar direito alheio, sem a menor oposição de quem quer que seja, desde o seu início, posse essa que sempre exerceu, sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública; que, dadas as enunciadas caraterísticas de tal posse, a justificante adquiriu os citados prédios por usucapião, título este que, por natureza, não é suscetível de ser comprovado pelos meios normais

Lisboa, 19 de setembro de dois mil e vinte e dois

A Notária
Joana de Faria Maia

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Aviso

ALDEVINA MARIA MACHADO RODRIGUES, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra:

Faço público, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação vigente, que a Câmara Municipal de Mafra emitiu, em 2022/09/02, o aditamento n.º 2 ao alvará de licença de loteamento n.º 21/2002, em nome de JOSÉ JOÃO CLAUDINO MAXIEIRA, que titula a alteração ao alvará de loteamento do prédio sito na Quinta da Mata, da união das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob os n.os 4552 e 4554, da freguesia de Milharado, e inscritos na matriz Predial Urbana da respetiva freguesia, sob os artigos 6609 e 6611, respetivamente, designados por lotes 63 e 65, propriedade do titular e de Dina Teresa Nuno Meninas Maxieira, constituídos pelo alvará de loteamento n.º 21/2002, de 4 de julho, em nome de Marujo – Empreendimentos Imobiliários, Lda. A alteração ao loteamento aprovada em 2022/08/30, por Despacho da Sr.ª Vice-Presidente, e de acordo com a planta de síntese, consta do seguinte: é autorizada a alteração do número de pisos, passando a prever 2 pisos acima e 1 abaixo da cota de soleira. As construções deverão obedecer às prescrições constantes do quadro regulamentar da planta de síntese. As alterações em causa não implicam a realização de quaisquer obras de urbanização nem alteram a área de cedência já integrada no domínio público. O presente aditamento altera assim o alvará n.º 21/2002, de 4 de julho, apenas e no que se refere aos elementos aqui mencionados, mantendo-se em vigor as restantes prescrições constantes do citado alvará.

Paços do Município, 5 de setembro de 2022

A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Aldevina Rodrigues

CARTÓRIO NOTARIAL DE ODIVELAS
de Catarina Silva

PUBLICAÇÃO

Catarina Sofia Martins da Costa Silva, Notária com Cartório sito na Rua Alfredo Roque Gameiro, 20 A, em Odivelas, faz saber que no dia catorze de setembro de dois mil e vinte e dois, no referido Cartório Notarial, foi celebrada escritura pública de Justificação, lavrada a folhas 86 e seguintes do Livro 480-A:

JUSTIFICANTE: Elsa Campos Luís, contribuinte fiscal número 134662075, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, divorciada, residente na Rua de Portugal, Vivenda Monteiro, lote 56, Vale do Forno, Odivelas, **é** dona e legítima possuidora do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO: 600/75120 avos indivisos do prédio rústico, composto por terra de cultura arvense, mato, horta, com árvores de fruto e oliveiras, situado em Vale Forno, freguesia de Odivelas, concelho de Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob o número quatro mil novecentos e catorze, com a aquisição registada a favor de Manuel Marques Henriques Júnior e mulher, Maria de Jesus, pela apresentação nove, de dezasseis de maio de mil novecentos e setenta e dois, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Odivelas sob o artigo 90, secção L, com o valor patrimonial de 640,16 euros, ao qual atribuem o valor de 598,55 euros.

MODO DE AQUISIÇÃO: por promessa de compra e venda, celebrada a 14 de novembro de 1975, há mais de vinte anos.

Odivelas, 16 de setembro de 2022

ISMAEL QUINTANILLA / PRIMAVERA SOUND

Primavera Sound conquista LA com diversidade, *rock* industrial e sons do futuro

MÚSICA A primeira edição de sempre do festival fora da Península Ibérica atraiu mais de 50 mil festivaleiros com Lorde, Nine Inch Nails e Arctic Monkeys à cabeça.

TEXTO **ANA RITA GUERRA,** LOS ANGELES

MIRANDA MCDONALD / PRIMAVERA SOUND

No dia em que Lorde foi cabeça-de-cartaz, os Giveon também subiram ao palco do *Primavera Sound*, com o *skyline* de Los Angeles como pano de fundo.

Ecos de Barcelona e uma estética de cultura internacional encheram o parque histórico de Los Angeles no último fim de semana, na primeira edição do festival *Primavera Sound* fora da Península Ibérica. A linha do horizonte entrecortada pelos arranha-céus da Baixa de LA oferecia uma visão impressionante à medida que o Sol se punha e a música ecoava nos vários palcos. Distribuídos por um parque com capacidade para 25 mil pessoas, os palcos Primavera, Tecate Alta, Barcelona e Smirnoff Ice acolheram 65 artistas ao longo de três dias e puseram mais de 50 mil pessoas, de 50 países, a dançar. Nada mau, num mercado que tem sido atormentado por cancelamentos e adiamentos, num regresso pós-pandémico bastante atribulado.

"Ver tantas novas caras a dançar sob as luzes do *Primavera Sound* em LA foi mágico", declarou a organização, no rescaldo da primeira edição. "Este fim de semana foi o início da grande aventura do *Primavera Sound* Los Angeles, e tal como qualquer boa história de Hollywood, será continuada", garantiu. "Isto foi realmente apenas o princípio."

Lorde, Nine Inch Nails e Arctic Monkeys foram os cabeças-de-cartaz no festival, que exibiu um alinhamento musical muito eclético, com artistas vindos dos quatro cantos do mundo – de Espanha e Reino Unido a México e Venezuela. Esse é um dos aspetos distintivos do *Primavera Sound*, que surgiu em Barcelona há 21 anos e entrou no Porto há dez: a mistura de bandas consagradas com estrelas em ascensão e artistas que mostram os sons do futuro. Assim se entende que no dia de Lorde tenham tocado Divino Niño, Clairo, Stereolab, Giveon e uma muito energética Mitski, que atraiu multidões para o palco Barcelona. E que antes de Nine Inch Nails subirem ao palco se tenha ouvido Paloma Mami, Khruangbin, Fontaines DC e Surf Curse, que tocaram uma música inédita composta apenas há dias.

"A configuração é bastante boa", disse ao *DN* Victor Ramirez, festivaleiro de Los Angeles que comprou passe para os três dias e estava agradado com a disposição dos palcos e o alinhamento. "Os horários de atuação das bandas que quero ver são muito bons, não tive qualquer sobreposição." A apreciar uma bebida enquanto aguardava pelo próximo concerto, Ramirez disse estar ali para ver Nine Inch Nails, uma das suas bandas favoritas, e que o ambiente estava *cool*. "É o primeiro festival a que vou na minha cidade em muitos anos", revelou. "Os preços são elevados, mas vale bastante a pena."

O festivaleiro não falava apenas das entradas – 425 dólares pelo passe de três dias –, mas também dos preços nas tendas de comida e bebida. Nachos a 16 dólares, tacos a 20, hambúrgueres a 22. Cerveja a 13 dólares por copo, vodka a 16. E ainda assim havia filas em quase todos os espaços, com alguns detalhes interessantes – possivelmente só em Los Angeles se vê fila para a Cena Vegan, com nachos, burritos e outras iguarias veganas, e ninguém na tenda do lado para experimentar a carne da Smoke Queen BBQ.

Mais à frente, um espaço dedicado a arte e discos permitia comprar pósteres, ilustrações e discos de vinil, por preços tão diversos quanto 20, 50 e até 200 dólares. Barry Blakenship, que promove o seu trabalho no Instagram com a conta *@BarryTheArtGuy*, explicou ao *DN* a diferença. "Alguns pósteres são mais caros porque são os últimos que existem", o que lhes confere uma maior dose de raridade. "E também porque algumas bandas têm maior valor colecionável que outras."

Ilustrador profissional, que desenha e faz a impressão à mão, Barry Blakenship avaliou de forma positiva a participação no *Primavera Sound*, destacando uma vibração distinta. "É uma atmosfera muito divertida, alegre, muito *chill*", qualificou. "Ainda não vi ninguém que fosse retraído ou pouco comunicativo."

> Com a organização a prometer que veio para ficar em LA – e expansão em novembro para Brasil, Chile e Argentina – a mensagem distinta e inclusiva do festival lia-se em sinais espalhados pelo parque. "Ninguém é normal", apontavam.

Chill foi uma das expressões mais usadas para descrever o cenário no festival, além do ecletismo do alinhamento. Lorde, que fechou o palco principal no dia inaugural, mostrou-se agradavelmente surpreendida pela reação calorosa que teve. "Vocês soam tão bem, LA. Estão a ser tão alegres e barulhentos, adoro isto", disse a cantora, na primeira interpelação depois das primeiras músicas. "Vocês são os *cool kids*. Não sabia se iam aplaudir", gracejou.

Com uma lista de canções dos seus três álbuns, incluindo *The Path, Homemade Dynamite, Buzzcut Season, The Louvre, Green Light* e *Solar Power*, Lorde deu a entender que irá lançar nova música para breve e ainda refletiu sobre a emergência climática. "Todos vocês sentiram a onda de calor na semana passada", indicou, referindo as temperaturas extremamente elevadas que assolaram a Califórnia em setembro. "Não se habituem a um clima de 45 graus", urgiu. "Não se esqueçam de que isto é uma emergência. É a crise definidora das nossas vidas." Confessando-se "aterrorizada" pelo futuro, pediu aos fãs que "votem com o clima em mente." Os Estados Unidos terão eleições intercalares a 8 de novembro, onde será decidido o controlo do congresso.

Menos falador, mas cheio de energia, o vocalista dos Nine Inch Nails, Trent Reznor, aproveitou uma das pausas no concerto de sábado para assinalar o momento, depois de anos à espera do *Primavera Sound LA*. "Já esperávamos há muito tempo", disse Reznor. "Tocámos no *Primavera* 2014 em Barcelona e achámos que tinha uma excelente vibração", continuou. Quando a organização os convidou para encabeçar a primeira edição norte-americana, disseram logo sim. "Mas a covid tinha outros planos para nós."

Três anos depois, Reznor e companhia fizeram tremer o palco *Primavera*, que tinha uma multidão consideravelmente maior que a noite anterior. A banda puxou dos galões intercalando sons mais recentes com êxitos antigos, como *Copy of A, The Hand that Feeds, Closer, The Perfect Drug, March of the Pigs* e *Head like a Hole*, encerrando com *Hurt*. "Vamos ignorar o quão insano este *set* foi?!", dizia um amigo para o outro à saída do concerto.

No domingo, Arca fez uma apresentação explosiva num dia encerrado por Arctic Monkeys e James Blake.

Com a organização a prometer que veio para ficar em LA – e expansão em novembro para Brasil, Chile e Argentina – a mensagem distinta e inclusiva do festival lia-se em sinais espalhados pelo parque. "Ninguém é normal", apontavam. "A diversidade é o orgulho da comunidade *Primavera Sound*."

dnot@dn.pt

James Cameron "Fiquei de boca aberta com esta nova versão de *Avatar*"

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA**

Uma conferência virtual muito bem comportada. De um lado, Jon Landau, produtor executivo, mas aqui a fazer de moderador, noutro canto do ecrã o elenco, Sam Worthington, Sigourney Weaver, Zoë Saldaña, Michelle Rodriguez e Stephen Lang, sentadinhos com sorriso sempre pronto. Mas num estúdio a ultimar os últimos efeitos das muitas sequelas que vêm aí está o dono disto tudo, o realizador e verdadeira estrela, James Cameron. Uma reunião em torno de *Avatar*, o maior sucesso de sempre das bilheteiras americanas, agora de volta aos cinemas em cópia restaurada, supostamente ainda com maior qualidade do que em 2009, altura onde tudo e todos acharam revolucionário este filme de ficção científica em 3D.

Mas hoje já ninguém põe óculos e a Disney está a fazer um investimento arriscado. Será que ainda há saudades para ver um filme que ainda há pouco estava disponível na Disney +? Será que os fãs não acham que o filme já envelheceu, sobretudo a nível do deslumbramento dos efeitos digitais? E ainda há a questão de chegar numa altura tão competitiva no calendário das estreias. Mas a verdade é só uma: esta reposição está pensada para ser uma entrada, um *apetizer* para *Avatar: The Weight of the Water*, a continuação que chega em dezembro. Logo, uma reposição que não é uma mera... reposição.

Pandora, o tal mundo extraterrestre dos seres azuis, é um território que pode ser a salvação ecológica dos humanos. Mas para o Homem lá entrar terá de ser através de avatares. Um militar de cadeira de rodas é o escolhido para a missão e cedo entra em contacto com os Na'vi, espécie que percebe que nós

James Cameron em 2009 rodeado por Sigourney Weaver, Sam Worthington e Michelle Rodriguez.

podemos ser o seu predador. O inesperado surge quando o avatar do militar se apaixona por uma das guerreiras azuis...

Esta sinopse ainda está na cabeça de muitos, mas o efeito de ver pela segunda ou terceira vez o filme pode ser a chave para o sucesso desta reposição. Aconteça o que acontecer, *Avatar* é para se ver em grande ecrã e conferir uma espetacularidade que não tem paralelo. O cinema de ciência de Cameron tem aqui o seu apogeu. Aliás, é Sigourney Weaver quem o chama de cientista nesta conferência.

Cientista ou cineasta, o homem é direto, fez o filme para a nova geração que ainda não tinha acordado para o cinema há 12 anos: "Quem viu o filme numa plataforma na TV não viu o filme! Este foi um filme criado para o grande ecrã, para ser visto em 3D e agora está remasterizado em 4K! Está melhor do que estava! E sei que há uma nova geração de fãs que agora tem de o ver como deve de ser. Acabei de rever esta nova versão e fiquei de boca aberta!!"

Zoë Saldaña, a protagonista feminina, ganhou uma carreira após o lançamento do filme e não se cansa de agradecer. Nesta conferência, contou que foi um sonho trabalhar com o seu ídolo do cinema, James Cameron, mas confessou algo muito íntimo: "Nunca tive uma imaginação tão infinita como quando estive nestas filmagens, parecia uma criança. Fazer este filme deixou-me muito orgulhosa da minha profissão e, mais do que nunca, levei muito a sério o ofício de representar. *Avatar* fez-me sentir parte de algo verdadeiramente significativo. Depois, a receção ao filme excedeu todas as nossas esperanças e expectativas. Foi uma

CINEMA É reposto amanhã um dos colossos de Hollywood, *Avatar*, de James Cameron, em versão remasterizada, mesmo a tempo de fazer água na boca para a estreia natalícia do novo *Avatar: O Caminho da Água*. O *DN* teve acesso a uma conferência de imprensa virtual com o elenco e o realizador. A *Avatarmania* está aí.

Reentrar ou entrar num mundo e num imaginário que nos coloca numa nova experiência de texturas cinematográficas.

viagem muito mágica para nós”.

Ao seu lado, Sam Worthington, que se esperava vir a ser uma estrela e nunca o conseguiu realmente ser. O ator dos antípodas também está agradecido, mas é expedito a falar do tema do filme: “Creio que *Avatar* é sobre a pertença. Todos nós estamos em busca do nosso pequeno clã ou de um pequeno grupo que nos dê confiança e nos ensine algo. E no filme isso torna-se muito interessante, sobretudo porque não é um tópico martelado. De forma inconsciente, todos nós percebemos isso quando vimos o filme pela primeira vez”.

Continuando nos atores, uma muito elegante Sigourney Weaver realça a questão do 3D: “O 3D deste filme é muito efetivo. Como espetadora, senti-me naquele espaço. E, mesmo nas cenas com os humanos, é um dispositivo que tira todas as barreiras para o lado mais emocional, fora ou dentro de Pandora”.

Nunca até hoje o 3D funcionou no cinema de entretenimento desta forma, embora no cinema de arte e ensaio tenha havido o caso de Godard em *3x3D*, filme de 2013, feito para Guimarães Capital Europeia da Cultura – certamente James Cameron não o viu... Seja como for, Cameron sabe que o 3D chegou a estar na moda: “Sim, foi parte de um *zeitgeist*. Hoje ninguém vai ao cinema ver um filme porque é apresentado em 3D. Escolhemos um filme por uma série de outros fatores... Mas na altura teve o seu impacto. Se vai ter uma vida em termos de legado cultural? Bem, vamos ver agora em dezembro com o próximo *Avatar*”.

Este natal o mundo vai voltar a pôr óculos nos cinemas...

dnot@dn.pt

Opinião
Carlos Rosa

A geração *Tik-Toogle*

Sou do tempo da MTV. Daquele tempo em que se gravava os *videoclips* em cassetes VHS.

Sou do tempo de ouvir música na rádio e gravar as musiquinhas na expectativa de que o locutor ficasse calado durante aqueles 3 ou 4 minutos, ou 11, caso fosse o *November Rain* dos Guns N' Roses!

Sou do tempo de procurar informação na biblioteca da escola ou de perguntar ao pai, à mãe, ao tio ou aos velhotes no café.

Sou do tempo que viu o Google nascer e aprendeu a usá-lo como se “usava” os mesmos velhotes no café.

Estes velhotes tinham na altura uma idade semelhante à que tenho hoje, e, “assim do nada”, como diz o meu filho, passei a ser o velhote da casa.

Esta geração pré-adolescente não grava *videoclips*, não ouve rádio e a informação chega-lhes de tal forma que quase não têm de a *googlar*.

O meu filho há uns tempos, dizia-me com ar desconfiado, perante uma informação nova que eu lhe dava, “vai aí ao Google a ver se é verdade”. Pois agora, que já ganhou autonomia nas suas pesquisas digitais, nem ao Google vai. Vai ao Tik Tok!

Tenho-me vindo a aperceber de que o Tik Tok fala a linguagem desta rapaziada. Informação concentrada, pouca ou nenhuma publicidade, respostas traduzidas em formato audiovisual e em vídeos muito curtos. O que traz um problema para o mundo dos publicitários, mas isso é para outro texto...

Na verdade, e eu já testei, está lá tudo!

“Como consertar uma cadeira?” – o Tik Tok responde.

“Como fazer bacalhau à brás?! – o Tik Tok dá a solução.

É incrível! Tão óbvio, e ao mesmo tempo tão inesperado.

Eu ainda me lembro de usar um motor de busca pela primeira vez. Eram duas ou três linhas, escritas num tipo de letra mal editado, num ecrã de pouca resolução e, na maior parte das vezes, a informação nem era assim tão nova ou tão especial.

Esta geração de miúdos, apesar de nós, pais, mantermos algum ceticismo para com os *tik tokers* e os *youtubers*, conseguiu encontrar uma forma rápida e altamente ilustrada para os problemas para os quais procura resposta.

Mas, e assumindo que esta vaga de *Tik-Tooglers* veio para ficar, o que verdadeiramente me incomoda é o meu filho não só não saber o que é a MTV, mas dizer também, com toda a sua sapiência de pré-adolescente, que “isso deve ser um canal para velhotes”!

Designer *e diretor do IADE – Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia*

CARTOON POR MIGUEL AGUIAR

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais:
1. Bolo tradicional da Páscoa. Enrubescer. 2. Em grau mais elevado. Loiro-avermelhado. 3. Grande extensão de água cercada de terra. Barra de ferro sobre a qual giram as rodas de diversos veículos. 4. Servir-se de. Aperto com nó. Interjeição que exprime admiração. 5. "A" + "o". Rosto. Doutora (abreviatura). 6. Rei. 7. Cloreto de sódio. Intensidade. Numeração romana (600). 8. Érbio (símbolo químico). Nome masculino. Fiel. 9. Pequena peça de vidro muito fino usada para cobrir preparações para observação ao microscópio. Mamífero carnívoro da América da família dos felídeos. 10. Companheira. Não continuar. 11. Manobrar os remos. Furioso.

Verticais:
1. Embarcação de vela, semelhante à fragata, mas mais pequena. Estampilhar. 2. Poente. Fio metálico. 3. Fita elástica para cingir a meia à perna. Mililitro (abreviatura). Forma de complemento do pronome eu, sempre precedido de preposição. 4. Que não tem forma determinada. Molha (popular). 5. Rádio (símbolo químico). Em forma de ângulo. 6. Montão de cacos. 7. Abertura pela qual o vulcão expele as lavas. Décima sexta letra do alfabeto grego. 8. Metal precioso de cor amarela. Acusar. 9. Gracejar. "De" + "a". Moeda europeia. 10. Atender. Jogo de tabuleiro. 11. Limite à liberdade de imprensa e à livre expressão do pensamento (figurado). Que se percebe bem.

SUDOKU

		4	2	6			5	
5			9	7	1	4		8
1						6	7	
	7		5		4	9	2	
	2	5		3				
8	4			9		7	6	
	9		7		3		8	
	5					3		7
3		7		5		2		6

SOLUÇÕES

7	3	4	2	6	8	1	5	9
5	6	2	9	7	1	4	3	8
1	8	9	3	4	5	6	7	2
6	7	1	5	8	4	9	2	3
9	2	5	6	3	7	8	1	4
8	4	3	1	9	2	7	6	5
4	9	6	7	2	3	5	8	1
2	5	8	4	1	6	3	9	7
3	1	7	8	5	9	2	4	6

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Folar. Corar. 2. Acima. Ruivo. 3. Lago. Carril. 4. Usar. Ato. Ah. 5. Ao. Face. Dra. 6. Monarca. 7. Sal. Grau. DC. 8. Er. Rui. Leal. 9. Lamela. Puma. 10. Amiga. Parar. 11. Remar. Iroso.
Verticais:
1. Falua. Selar. 2. Ocaso. Arame. 3. Liga. Ml. Mim. 4. Amorfo. Rega. 5. Ra. Angular. 6. Cacaria. 7. Cratera. Pi. 8. Ouro. Culpar. 9. Rir. Da. Euro. 10. Aviar. Damas. 11. Rolha. Claro.

ID. Buzz: O herdeiro do "*Pão de Forma*" é elétrico

MINIBUS Este ID. Buzz assume orgulhosamente o legado mais emocional da Volkswagen, renascendo como modelo elétrico e cheio de funcionalidades digitais. Além da modularidade de topo (versões passageiros e mercadorias), é um campeão de popularidade pelo estilo irreverente.

TEXTO **PEDRO JUNCEIRO**

Parece existir uma apetência inesgotável pelo revivalismo, tendência comummente apelidada de *retro*. Se muitas marcas automóveis já apostaram nesse filão, apenas agora a Volkswagen recupera a filosofia e a estética originais da carrinha T2, popularizada pela alcunha "*Pão de Forma*": o ID. Buzz é o seu herdeiro real, agora sob os auspícios da eletrificação.

Com mais de sete décadas de experiência nos minibus, o ID. Buzz é o modelo que melhor capta o espírito do T2 original, a começar, desde logo, pelo estilo que é claramente inspirado no clássico. Seja com a carroçaria pintada a duas cores ou numa única, a sua estética é claramente um elemento vencedor, sobressaindo pela ampla superfície vidrada a toda a volta (também com tejadilho panorâmico), pelos faróis com tecnologia LED (opcionalmente, com sistema LED Matrix) e pelos farolins atrás com desenho horizontal ligados por uma barra luminosa. Aludindo ao passado, até o logótipo VW à frente é maior do que nos demais modelos da marca.

O ID. Buzz utiliza a plataforma MEB para veículos elétricos (como os ID.3 e ID.4, por exemplo), exibindo assim atributos valiosos, como a grande distância entre eixos (2989 mm) num modelo que não deixa de ser compacto, com 4712 mm de comprimento, libertando dessa forma o interior para os passageiros (ou mercadorias no caso da versão Cargo).

Para já, chega ao mercado com cinco lugares, mas está já prometida uma versão de distância entre eixos alongada com capacidade para cinco, seis ou sete ocupantes.

A modularidade é uma das ideias centrais do ID. Buzz, com o banco traseiro a poder rebater em proporção 40:60, deslizando longitudinalmente 15 cm, dando mais espaço à bagageira que, com os cinco lugares em posição normal, é de 1121 litros. Se se rebater a segunda fila, chega então aos 2205 litros. A versão Cargo, com banco corrido de três lugares à frente, oferece 3900 litros para mercadorias. Nota ainda para os muitos espaços de arrumação para pequenos objetos em ambos os casos.

Na vanguarda tecnológica

O interior assemelha-se a outros modelos da plataforma MEB, nomeadamente em termos de comandos, destacando-se a elevada vertente de digitalização (o que nem sempre é brilhante ao nível dos botões táteis).

A posição de condução elevada, como num SUV, oferece excelente visibilidade geral, enquanto à sua frente o condutor tem apenas um painel de instrumentos digital de 5.3" minimalista que informa do essencial.

Interior jovem e focado na digitalização, com muitos botões táteis.

> O ID. Buzz terá outras versões de bateria e de potência, além de versão mais longa com cinco, seis ou sete lugares.

Ao centro, para comandar praticamente todos os sistemas e funcionalidades, encontra-se um ecrã tátil que é de 10" na versão de entrada *Ready 2 Discover* ou de 12" na versão *Discover Pro* opcional com navegação.

Todos os ID. Buzz contam com a mais recente versão de *software* (ID. Software 3.2), que assegura melhorias na conectividade, enquanto um cartão eSIM permite tecnologias *We Connect* e *We Connect Plus* para funcionalidades *online*.

Ainda entre as tecnologias, potenciado por esse mesmo *software* (que pode ser atualizado depois), o ID. Buzz apresenta também novidades nos assistentes de condução e de segurança, com a inclusão de tecnologia Car2X (comunicação entre o carro e a infraestrutura que permite obter informações antecipadas de eventuais problemas na estrada), ou o Park Assist Plus, que recorda até cinco manobras de estacionamento que repete, depois, de forma autónoma.

Eletrificação exclusiva

De início, terá apenas versão de motor único com 150 kW/204 CV de potência, 310 Nm de binário e tração traseira, com esses valores a garantirem-lhe aceleração dos zero aos 100 km/h em 10,2 segundos e velocidade máxima de 145 km/h. O condutor tem ainda à sua escolha diferentes modos de condução (entre o 'Eco' e o 'Sport') e modo de regeneração mais intensa, o que se traduz também em maior desaceleração. Outras versões de potência e bateria estão previstas, incluindo uma mais desportiva GTX com 340 CV.

Com bateria de 77 kWh (situada sob o piso entre os dois eixos para baixar o centro de gravidade), a autonomia homologada (WLTP) é de 423 km na versão ID. Buzz Pro (passageiros) e de 424 km na versão Cargo.

Quanto ao carregamento, admite até 11 kW num posto público ou em *wallbox*, demorando 7.30 horas a carregar totalmente (de zero a 100%), e carga rápida CC até 170 kW, o que lhe permite repor de 5% a 80% da energia em cerca de 30 minutos.

Os preços arrancam nos 43 500 euros (mais IVA) para o Cargo e nos 61 000 euros (com IVA) para a versão de passageiros no nível de equipamento Pro, com a marca a revelar que a procura tem sido surpreendente. O revivalismo está mesmo em voga.

pjunceiro@globalmediagroup.pt

As portas laterais traseiras podem ter abertura elétrica.

Diario de Noticias

O QUINTO CENTENARIO da descoberta da Madeira

A VIAGEM DO CHEFE DE ESTADO

UM CHOQUE EM BRAÇO DE PRATA

HOSPEDES ILUSTRES

EMBAIXADA DO BRASIL

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 21 DE SETEMBRO DE 1922 PARA LER HOJE

SELEÇÃO DO ARQUIVO DN
POR **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

EMBAIXADA DO BRASIL

Chegou ontem a Lisboa o novo encarregado de negocios

Da direita para a esquerda: *O sr. Lafayette Carvalho da Silva, o sr. dr. Belford Ramos e madame Lafayette Carvalho da Silva*

Encontra-se em Lisboa, desde ontem, o sr. dr. Lafayette Carvalho da Silva, novo 1.º secretario da embaixada do Brasil em Portugal, que vem substituir o sr. dr. Belford Ramos no cargo de encarregado de negocios do seu país.

O novo 1.º secretario da embaixada brasileira viajou a bordo do esplendido paquete alemão «Cap Norte», procedente de Hamburgo, e que entrou ontem no nosso porto ás primeiras horas do dia.

O sr. dr. Lafayette Carvalho da Silva, com quem tivemos ensejo de trocar algumas palavras após a sua chegada á embaixada brasileira, até onde o acompanharam desde o cais os srs. drs. Belford Ramos, Macedo Soares e Graça Aranha, manifestou a sua grande simpatia pelo nosso país, que disse conhecer através da leitura de alguns dos nossos autores mais queridos. Esteve já em Lisboa e Porto, quando de uma viagem que fez ha alguns anos, mas apenas durante o tempo concedido pela demora do barco, tendo, no entanto, colhido as mais agradaveis impressões de Portugal e dos portugueses.

—Foi com o mais agradavel alvoroço—disse-nos—que recebi em Varsovia, onde me encontrava como 1.º secretario desde a criação da embaixada brasileira naquela recente Republica, a noticia da minha transferencia para Lisboa, dado o grande desejo que tinha de conhecer intimamente este país, não só pela simpatia que, como brasileiro, me merecem as gloriosas tradições de Portugal, mas ainda por que, tendo ascendencia portuguesa, não posso deixar de considerar Portugal como a minha segunda patria.

O sr. dr. Lafayette Carvalho da Silva, que veio acompanhado de sua esposa e de seus interessantes filhinhos, ficando hospedado no Avenida Palace, teve palavras muito penhorantes para o «Diario de Noticias» e para o seu director, a quem se confessou grato pelas justas palavras aqui publicadas a proposito da sua nomeação.

O QUINTO CENTENARIO da descoberta da Madeira

VAI SER ALI COMEMORADO COM GRANDE IMPONENCIA

A metropole deve imprimir a essa comemoração o caracter nacional que ela merece

O entusiasmo que os festejos de dezembro estão despertando nas Canarias, na Inglaterra e na America do Norte

O "Diario de Noticias" fala com o sr. governador civil do Funchal

O Funchal, esse paraiso terreno, cujo panórama, visto do mar é, além de pitoresco, surpreendente, com as suas vertentes recobertas de viçosos jardins, famosas quintas, abundantes vinhas e verdejantes arvoredos—o Funchal vai estar, dentro de três meses, em ruidosa e rija festa, em festa nacionalissima que muito devemos aplaudir e acarinhar, porque se trata de comemorar o 5.º centenario da descoberta da Ilha da Madeira, por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, segundo a versão mais correntemente aceita pelos enciclopedistas, em 1 de julho de 1418, segundo outros (e entre estes se encontra o sr. Henrique Lopes de Mendonça) porque os inicios dos nossos descobrimentos são ainda bastante obscuros, aí por volta de 1419, só depois da descoberta da ilha de Porto Santo que, essa sim, parece certa ter sido descoberta em 1418 por Bartolomeu Perestrelo.

Vem, assim, a referida comemoração um tudo nada deslocada da epoca propria, mas de maneira nenhuma vem falha de oportunidade, pois apenas quatro anos são volvidos sobre a data exacta (?) do centenario, e semelhantes comemorações têm o grande valor moral de acordar energias adormecidas e o elevado significado civico de afirmar ao mundo á vitalidade da nossa raça, e de lhe patentear a grandeza dos pergaminhos com que ilustramos a Historia.

Vem, portanto, muito a proposito, a comemoração do 5.º centenario da descoberta da Madeira, verdadeira joia de que os nossos aliados ingleses generosamente quiseram apossar-se em 1807, a pretexto de nos auxiliarem contra os franceses. Pouco importa agora um desvio de dias, de meses ou mesmo de poucos anos. O importante é, neste momento internacional de uma oportunidade unica para nós, acentuando e vivificando o nosso amoroso culto pelas passadas glorias dos portugueses, demonstrar com quanta grandeza e com que decidida influencia as descobertas de Portugal pesaram sobre a crise europeia do final da Idade Media, rasgando á velha civilização mediterranea uma expansão que ninguem pudera prevêr e á qual, ainda hoje, nem todos os povos prestam a merecida justiça e bem ganhos louvores. A missão imperialista da civilização dos romanos no ocidente e sul da Europa, carecia de uma digna continuação e até dum logico prolongamento. Nasceu dessa necessidade o sonho epico de desvendar, abrir e aplanar a estrada das Indias. E a epopeia das cruzadas surge então, com o seu largo movimento de emancipação, tão mal orientado, porém, que resultou em fracasso, desilusão e desespero dos quais só não participaram as republicas italianas, aproveitando logo com o seu rendoso comercio de e para os portos levantinos. E é no meio já de uma desordem intensa dentro das fronteiras de cada povo, e do multiplicarem-se as lutas internas e externas, que Portugal desponta, para dar termo a tão dura e penosa situação, obedecendo á voz misteriosa do seu genio. São as descobertas, são as conquistas...

Uma daquelas, uma das primeiras vai agora ser comemorada.

EDUARDO DA ROCHA SARSFIELD

governador civil do Funchal

HOSPEDES ILUSTRES

A senhora princesa de Broglie, descendente da casa feudal do Piemonte, Italia, e a senhora duqueza de Clermont-Tonnerre, que ontem chegaram á capital, vindas do Palace-Hotel, do Buçaco, achando-se hospedadas em Lisboa, no Avenida Palace

LIGA DAS NAÇÕES

"E' preciso que os paises solidarios na guerra continuem solidarios na paz"—diz o delegado francês, sr. Jouvenal

GENEBRA, 20.—A comissão de desarmamento reuniu-se ontem, tendo lord Cecil lido um longo documento demonstrando que o desiquilibrio da actual situação europeia é sobretudo devido ás dividas inter-governamentais. «Estas dividas constituem um problema que é preciso resolver antes de entrever a possibilidade de restabelecer a vida economica europea»,

O sr. Jouvenal, membro francês á comissão de desarmamento, declarou que para se poder chegar a esse resultado será necessario que as nações que se mostraram solidarias durante a guerra continuem solidarias na paz.

«Não é suficiente apregoar principios —acentua o delegado da França—é preciso propôr metodos. A delegação francesa estuda esses metodos, esperando em breve poder apresentá-los. A comissão não o fez até agora por uma elementar prova de cortezia.» — (Latino-Americana)

O general Seeley propõe que a Liga das Nações seja transformada em Liga da Paz

LONDRES, 20.—O major general Seeley, discursando em Ripley, ácerca da Liga das Nações, disse que esta devia ser transformada numa verdadeira Liga de Paz, sendo-lhe dado o apoio necessario para impôr os seus decretos.

O general Seeley acredita que a America se juntaria a dsta Liga.—(R.)

O projecto relativo á Austria é enviado ás potencias interessadas

GENEBRA, 20.—A assembleia da Liga das Nações aprovou o relatorio relativo ao direito de protecção dos povos sob mandatos.

O projecto elaborado pelo conselho dos cinco sobre o auxilio a prestar á Austria foi enviado ás cinco potencias mais directamente interessadas no assunto.—Especial.

EUROMILHÕES SORTEIO: 075/2022
CHAVE: 11-21-23-32-48 + 3-12
NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

PR reafirma “compromisso total” de Portugal na NATO

O Presidente da República reafirmou ontem “compromisso total” de Portugal na NATO, assegurando que o país irá cumprir as resoluções da Aliança “onde e quando for preciso”, sem “estados de espírito ou desculpas”. Na cerimónia do 20.º aniversário do Centro Conjunto de Análise e Lições Aprendidas (JALLC, sigla em inglês), em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa garantiu ainda o apoio “ao corajoso povo ucraniano” e a manutenção dos compromissos nacionais em vários locais, como nos Países Bálticos ou na Roménia.

ANTÓNIO COTRIM / LUSA

Portugal apoiará Bruxelas a taxar lucros excessivos

ENERGIA Em Nova Iorque, primeiro-ministro António Costa garantiu apoio a proposta da Comissão Europeia, mas diz que Sistema Fiscal já taxa esses lucros.

O primeiro-ministro, António Costa, afirmou ontem que Portugal apoiará a proposta da Comissão Europeia para taxar em pelo menos 33% os lucros extraordinários de empresas energéticas, em resposta ao apelo do secretário-geral da ONU sobre esta matéria.

“Há uma proposta agora da Comissão Europeia, que será apresentada ao Conselho [Europeu]. Portugal apoiará a proposta da Comissão Europeia”, afirmou António Costa aos jornalistas, na missão permanente de Portugal junto das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Mais cedo, no discurso de abertura do debate geral da 77.ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres pediu “a todas as economias desenvolvidas que tributem os lucros inesperados das empresas de combustíveis fósseis” (*ver mais na página 20*).

Questionado sobre qual é a resposta de Portugal a este apelo do secretário-geral da ONU, o primeiro-ministro começou por referir que esta é uma matéria que governo português tem estado “a analisar, por um lado, com a informação que a entidade reguladora fornece sobre a existência ou não existência desses lucros extraordinários”. “Em segundo lugar, [é preciso] ver em que medida é que o nosso sistema fiscal hoje em dia já tributa esses lucros”, acrescentou, à semelhança do que o ministro da Economia já tinha dito na semana passada.

Depois, o primeiro-ministro manifestou apoio à proposta da Comissão Europeia anunciada a 14 de setembro de “uma contribuição temporária de solidariedade sobre os lucros excedentários gerados pelas atividades nos setores do petróleo, gás, carvão e refinaria” a cobrar pelos Estados-membros, com as receitas “redirecionadas para os consumidores”.

Quanto ao prazo para a concretização desta proposta, António Costa observou: “Essa decisão europeia nunca sabemos quanto tempo é que demora. A Comissão Europeia propôs agora, há de fazer o seu circuito no Conselho [Europeu], e veremos se será aprovada ou se não será aprovada”.

DN/LUSA

BREVES

Lagarde: novas subidas de juros dependem da inflação

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, disse ontem que os próximos aumentos das taxas de juros vão depender dos dados da inflação. Num evento organizado pela Sociedade de Comércio, Indústria e Ciência de Frankfurt, Lagarde recordou que nas duas últimas reuniões o BCE aumentou as taxas de juro em 125 pontos base no total, a maior subida da sua história. Antes destes aumentos, as taxas de juros estavam num nível historicamente baixo, em 0%, pelo que o risco de uma reação exagerada no início do ciclo de aumentos é limitado, segundo Lagarde. “O ritmo apropriado dos futuros aumentos das taxas de juros será decidido em cada reunião. De facto, como enfatizámos repetidamente, iremos continuar dependentes dos dados em todos os cenários”, disse. A responsável do banco central acrescentou que o nível em que se fixarem as taxas de juros e o ritmo irá depender de como as perspetivas de inflação irão evoluir. O BCE indicou que está a normalizar a política monetária, terminando com as compras de dívida e subindo as taxas de juro para um nível neutro, o que não é nem expansionista nem restritivo.

Máscara em locais fechados deve ser “novo normal”

O presidente do Instituto Nacional Dr. Ricardo Jorge (INSA) considerou ontem que o uso de máscara em ambientes fechados com aglomerados de pessoas deve ser encarado como o “novo normal” para prevenir a transmissão de vírus como o SARS-Cov-2. Fernando Almeida comentou desta forma a recomendação da Direção-Geral da Saúde (DGS) para o uso de máscaras nas farmácias, nos transportes públicos e nos aeroportos, terminais marítimos e redes de metro e de comboio. “Acho importante [esta recomendação] e isto faz parte daquilo a que nós sempre chamámos do novo normal. E não é só por causa da covid-19. É que também há a gripe, há outros vírus, o vírus sincicial respiratório. Portanto, é por uma melhor capacidade de prevenção”, disse Fernando Almeida, à margem da conferência “*Diagnóstico ‘In Vitro’: Mais Acesso, Melhor Saúde*”, que decorreu no INSA, em Lisboa. Por isso, prosseguiu, “em ambientes onde suspeitamos que vai haver muitas pessoas no estádio de futebol, uma viagem ou autocarro, comboio, naturalmente que aconselhamos, sobretudo as pessoas com deficiência, com mais idade, a usarem a máscara”.Relativamente à realização de testes à covid-19, Fernando Almeida disse que diariamente são feitos cerca de 20 ou30 mil testes por dia.

Conselho de Administração Marco Galinha (Presidente), Domingos de Andrade, Guilherme Pinheiro, António Saraiva, Helena Maria Ferreira dos Santos Ferro de Gouveia, José Pedro Soeiro, Kevin Ho e Phillippe Yip **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretora** Rosália Amorim **Diretor-adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Data Protection Officer** António Santos **Diretor de Tecnologias e Sistemas de Informação** David Marques **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 28 571 441,25 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção e Patrícia Lourenço **Direção Comercial** Frederico Almeida Dias e Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital social:** KNJ Global Holdings Limited – 35,25%, Páginas Civilizadas, Lda. – 29,75%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 24,5%, Grandes Notícias, Lda. - 10,5% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt